--- N.º 3/2014 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE. ----------

--- Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e catorze, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:----------

----------**ORDEM DE TRABALHOS** ----------

--- **PRIMEIRO** - Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D)----------

--- **SEGUNDO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de: - 1 (um) trabalhador na carreira e categoria de Técnico Superior, para exercer as funções descritas no mapa do pessoal, aprovado para o ano de 2014, relacionadas com as atribuições, competências e atividades para a área de atividade de Educação, com recurso à reserva de recrutamento interna resultante do procedimento concursal comum aberto pelo aviso nº 11502/2011, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 100, de 24 de maio de 2011, retificado pela declaração de retificação nº 1304/2011, publicada em Diário da República, 2ª série, nº 161, de 23 de agosto de 2011, respeitando a ordenação constante da lista unitária de ordenação final homologada em 28 de fevereiro de 2013. (Grelha E)---------

--- **TERCEIRO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de um Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Administração Regional de Saúde do Norte, IP, com vista à elaboração de uma Carta dos Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários do Concelho de Vila Nova de Famalicão, nos termos 1, 2 e 3 da proposta. (Grelha E)----------

--- **QUARTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Avaliação das Cedências para o domínio do Município, para os efeitos previstos na alínea i), do número 1, do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tomar conhecimento e aprovar, para efeitos de arrolamento e inventariação, pelo montante de 248.952,50€ (duzentos e quarenta e oito mil novecentos e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos), a relação de cedências constantes da relação anexa à presente proposta e que, por economia e brevidade, aqui se dá como reproduzida, passando as cedências nos alvarás de obras de construção do ano de

2013, com uma área total de 5.749,50 m2, a integrar o inventário de bens imóveis do Município, nos termos 1 e 2 da proposta e documentos anexos. (Grelha E) ----------

--- **QUINTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Desafetação de parcela de terreno com a área de 68 m2, afeta ao domínio público e afetação ao domínio privado do Município, sita na União de Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos, nos termos dos pontos 1 e 2 da proposta da reunião da Câmara Municipal de 10 de abril de 2014. (Grelha E)

--- **SEXTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Desafetação de parcela de terreno afeta ao domínio público e afetação ao domínio privado do Município, abrangida pelo alvará de loteamento nº 19/1999, da União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz, nos termos dos pontos 1 e 2 da proposta da reunião da Câmara Municipal de 24 de abril de 2014. (Grelha E) ----------

--- **SÉTIMO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Declaração de relevante interesse público municipal, a pretensão da requerente, de construção de um edifício destinado a apoio de um Lar de 3ª idade, sito no lugar de Reguengo, da União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz, para efeitos do disposto na alínea r), do número 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e no artigo 25º do Decreto-lei nº 73/2009, de 31 de março, nos termos da proposta. (Grelha E) ----------

--- **OITAVO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Autorização de abertura de novo procedimento de concurso público internacional para fornecimento de gasóleo a granel, nos termos 1 a 5 da proposta. (Grelha E)----------

--- **NONO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal visando a nomeação nos termos legais dos júris para os procedimentos concursais para os cargos de direção superior e cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau nos termos da proposta. (Grelha E)----------

--- **DÉCIMO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização de abertura do procedimento de concurso público internacional, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, pelo prazo de dez anos, no concelho de Vila Nova de Famalicão e a assunção de compromisso plurianual decorrente da celebração de contrato de aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, pelo prazo de dez anos, no concelho de Vila Nova de Famalicão. (Grelha E)--------

--- **DÉCIMO PRIMEIRO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização de celebração de um novo fundo no valor de 250.000€, sendo que o valor do município corresponderá a 50.000€, referente aos 20% do valor total no âmbito de um novo protocolo do programa FINICIA II, nos termos da proposta anexa. (Grelha E) ----------

--- **DÉCIMO SEGUNDO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização de abertura do procedimento de concurso público, com publicação internacional, de acordo com o artigo 22º, do Decreto-lei nº 197/99, de 8 de junho e a necessária e devida assunção do compromisso plurianual com transportes escolares, até ao montante de 1.841.901,60€, nos termos da proposta anexa. (Grelha E) ----------

--- **DÉCIMO TERCEIRO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização de abertura do procedimento de concurso público internacional, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços pelo prazo de um ano para o PASSE SÈNIOR, nos termos da proposta anexa. (Grelha E) ----------

--- **DÉCIMO QUARTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Declaração de relevante interesse público municipal, a pretensão da requerente, de construção de um edifício destinado a indústria, sito no lugar de Serradela ou Senradela, da freguesia de Cruz, para efeitos do disposto na alínea r), do número 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e no artigo 25º do Decreto-lei nº 73/2009, de 31 de março, nos termos da proposta. (Grelha E) ----------

--- **DÉCIMO QUINTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de contratos interadministrativos com as Freguesias, em conformidade com o preceituado na alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, nos termos da proposta. (Grelha E) ----------

--- **DÉCIMO SEXTO** - Emissão de Parecer sobre o Projeto de Lei nº 617/XII/3ª (Alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Ribeirão e Lousado, no município de Vila Nova de Famalicão), nos termos do artigo 249º da Constituição da República Portuguesa. (Grelha E)----------

--- **DÉCIMO SÉTIMO** - Discussão e votação do Relatório, proposta de Revisão do Regimento e Propostas Anexas, apresentadas pela Comissão Eventual de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão. (Grelha D)----------

--- **DÉCIMO OITAVO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento Municipal de Apoio à Educação, para os efeitos previstos na alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos termos da proposta. (Grelha D) -----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:----------

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA ----------

--- AGOSTINHO SILVA VEIGA----------

--- ALFREDO AUGUSTO AZEVEDO MORAIS LIMA ----------

--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA ----------

--- ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA ----------

--- ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA----------**FALTOU-JUSTIFICOU**

--- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES----------

--- ANTÓNIO FERREIRA MATOS----------**FALTOU** ----------

--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL----------

--- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA----------

--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO----------

--- ARTUR JOAQUIM ARAÚJO SILVA CASTRO----------

--- AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS ----------

--- AVELINO FREITAS SILVA ----------

--- CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO----------

--- CARLA SOFIA SANT'ANA AFONSO R. FARIA----------

--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES----------

--- CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO ----------

--- CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO ----------

--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU ----------

--- DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO----------

--- DOMINGOS SOUSA COSTA----------

--- FERNANDO RIBEIRO MONIZ----------**FALTOU**----------

--- FIRMINO VILA VERDE COSTA ----------

--- FRANCISCO RODRIGUES SÁ----------

--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO ----------

--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO ----------

--- HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA ----------

--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO ----------

--- JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO ----------

--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA ----------

--- JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO ----------

--- JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO---------- ----------

--- JOAQUIM MARTINS RODRIGUES ----------

--- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA----------

--- JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS----------**FALTOU**----------

--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA----------

--- JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES ----------

--- JOSÉ MANUEL OLIVEIRA LOPES----------

--- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA----------

--- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA----------

--- LURDES OLIVEIRA FERNANDES ----------

--- MANUEL AZEVEDO SILVA----------

--- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA ----------

--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA----------

--- MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO----------

--- MANUEL MARTINS COSTA ----------

--- MANUEL OLIVEIRA SANTOS----------

--- MANUEL SILVA ALVES ----------

--- MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO ----------

--- MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA ----------

--- MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA----------

--- MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA ----------

--- MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES----------

--- NUNO ANDRÉ ARAÚJO SANTOS REIS SÁ----------**FALTOU-JUSTIFICOU**

--- PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO----------

--- PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA ----------

--- PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO ----------

--- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA ----------

--- PAULO JORGE LOPES COELHO ----------

--- PAULO MANUEL MARQUES COSTA ----------

--- PEDRO CARLOS ABREU FERREIRA ----------

--- RAQUEL ALMEIDA PINTO----------

--- RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ----------

--- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA ----------

--- RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES----------

--- SUSANA MARIA COSTA PEREIRA----------

--- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA----------**FALTOU-JUSTIFICOU**

--- VITOR TORRES PEREIRA ----------

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: ----------

----------**ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** - deu conhecimento das adjudicações relativas à assunção de encargos plurianuais seguintes: ------

--- PT COMUNICAÇÃO, S.A. – instalação do serviço de ADSL para os Jardins de Infância, cuja recalendarização da despesa contempla a assunção de compromissos de despesa para os anos de 2014, 2015 e 2016. ----------

---VODAFONE-Comunicações pessoais, S.A., representada pelo agente local TELENOVA-Telecomunicações Eletrónicas, Lda – a prestação do serviço de comunicação de dados GSM – Smart Meetering, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2014 e 2015. ----------

---UNIVERSIDADE DE COIMBRA – prestação de serviços de assessoria na elaboração do projeto educativo local do Município de Vila Nova de Famalicão, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2014 e 2015.----------

--- SCHMITT – Sohn Elevadores, Lda – contrato de manutenção dos 2 elevadores no edifício das Lameiras, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2014, 2015, 2016 e 2017. ----------

--- DURVAL FERREIRA & ASSOCIADOS – Sociedade de Advogados, RL – prestação de serviços de patrocínio, assessoria e consultadoria jurídica, em defesa do Município de V. N. de Famalicão, em regime de avença, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2014, 2015 e 2016. ----------

--- ORGANIGRÁFICA – Artes Gráficas, Lda – execução de trabalhos gráficos promocionais para a Casa das Artes, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2014 e 2015. ----------

--- ENIF – Empresa Nortenha de Informação e formação, Lda., a execução da impressão gráfica de lonas e múpis, tendo em vista a divulgação institucional dos diversos eventos cívicos, sociais e culturais, que decorrem a nível local, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2014, 2015, 2016 e 2017.----------

--- ***Pôs à discussão a ata de vinte e quatro de abril de dois mil e catorze. O senhor deputado, Paulo Manuel Marques Costa, do grupo municipal do Bloco de Esquerda, solicitou que meros lapsos de escrita fossem corrigidos na versão definitiva. Não havendo mais discussão, foi a mesma posta à votação, sendo aprovada, por unanimidade.*** ----------

--- Informou que que foi aditado um ponto à ordem de trabalhos e que passaria a ser o décimo oitavo.----------

--- Terminado este período, passou-se, de imediato, ao período da:----------

----------**ORDEM DO DIA** ----------

--- **PRIMEIRO PONTO -** *INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)* ----------

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO) -** informou que a Mesa da Assembleia Municipal gostaria muito que se conseguisse acabar aquela sessão, embora na mesma houvesse dezoito pontos, no entanto, quando se aproximasse a meia-noite e trinta, o que faria, era interromper os trabalhos para uma reunião com os líderes

municipais para se acertar um novo dia, a menos que se estivesse a pouco tempo de terminar os trabalhos e nesse caso sugeriria a sua continuação. ----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento e disse estar à disposição dos senhores deputados para as perguntas que considerassem pertinentes. ----------

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse o seguinte:----------

--- "Senhor Presidente, como lhe estava a referir, duas perguntas muito rápidas e concisas, a qual, certamente, V.a Ex.a nos poderá esclarecer. ----------

--- Primeiro, relativamente às antigas instalações do Centro de Saúde de Delães, sabemos que a população já requereu que fosse entregue à freguesia. Gostaríamos de saber se nos poderá dar alguma informação relativamente a este assunto, visto a importância que poderão essas instalações representar para a população. ----------

--- Outra questão, também de extrema importância, tem a ver com o Hospital de Famalicão. Todos sabemos e ultimamente tem sido dado sinais a nível de população que o sistema de urgência tem vindo a funcionar mal, existem outras lacunas, e na altura que se fala da perca de valências do Hospital de Famalicão, gostaríamos de saber se V.a Ex.a tem alguma informação que possa acrescentar relativamente a isso, se os famalicenses poderão estar descansados em que não irão perder nenhuma valência. O que é que poderemos esperar!" ---

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – apresentou um requerimento que é do seguinte teor: ----

--- "Nos termos e ao abrigo do art.º 25, n.º 2, al) d), da lei 75/2013, o eleito da CDU nesta Assembleia Municipal vem apresentar o seguinte requerimento: ----------

--- Requeiro a V.a Exa que me sejam facultadas/indicadas, número, categoria, funções e respetivas remunerações do pessoal em regime de tarefas ou avença ao serviço do município de Vila Nova de Famalicão, bem como do pessoal em qualquer outra situação, ao serviço deste município, constante a páginas 1, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13 e 14 do orçamento municipal. --

--- Igualmente requeiro cópias dos contratos celebrados entre o município e os respetivos trabalhadores." ----------

--- Senhor Presidente, queria intervir no que diz respeito a esta parte das informações do senhor Presidente da Câmara, quanto ao seguinte:----------

--- Como sabem, a CDU já tem vindo a requerer que seja informada devidamente e, neste aspeto poderá ser por escrito como é evidente, do destino de um lote que foi desafetado do domínio público, portanto na zona ali por trás do Jumbo, creio que é o lote 9, mas é um dos lotes que foi desafetado do domínio público para o privado. E, gostaríamos de saber esse lote ali do lugar de Vilar, Gavião, já que ainda não fomos informados desse facto, qual foi o destino desse mesmo lote. Por outro lado e no que diz respeito aqui às informações do senhor Presidente, entre outras questões, gostaríamos, também, de ser informados no seguinte: que medidas é que efetivamente esta Câmara pensa tomar no que diz respeito à exigência que se torna cada vez mais na construção a poente da variante que está prejudicada neste momento com os fundos que se pensava que o governo iria disponibilizar? E, neste aspeto naturalmente a CDU pensa que é de todo lamentável esta situação e a Câmara deve fazer exigências para que tal investimento venha a ser, enfim, nem que seja mais um pouco de tempo, venha a proceder-se, porque é uma exigência e aliás reconhecida por todos nós, é uma exigência a vários níveis, é o constrangimento que a EN14 tem desde há muito tempo a esta parte, são os inconvenientes que tudo isto torna cada vez mais para toda a gente, nomeadamente para as próprias empresas, e daí que, não nos damos por satisfeitos que isto agora fique a morrer no tempo. Portanto, daí a nossa persistência em que a Câmara exija efetivamente fundos especiais para retomar este investimento. “ ----------

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** - disse:----------

--- “Relativamente ao requerimento, será enviado ao executivo para que dê resposta conforme solicitado nos termos regimentais.” ----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: --------

--- “Quanto às questões colocadas pelo senhor deputado do Partido Socialista, sobre o tema do Centro de Saúde de Delães, nós temos feitos diligências junto do organismo estatal responsável, como sabe é proprietário do espaço em causa, aliás diligências essas que sabemos, tem sido acompanhadas por deputados da Assembleia da República, e continuamos à espera de que haja uma decisão. Como sabe a propriedade não é do município, a propriedade é estatal, A Câmara Municipal acompanhando uma associação da Junta de Freguesia de Delães, oficiou ao Estado a intenção de ficar proprietária do edifício, mas compreenda que a nossa intenção significa disponibilidade para receber a propriedade

de edifício, o que não significa necessariamente para comprar o edifício. Acreditamos que o edifício estará em melhores mãos e terá mais utilidade se estiver nas mãos do município e que pudesse ser colocado ao serviço da freguesia, inclusive há uma intenção partilhada entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia para dar destino a esse mesmo edifício, mas aguardamos que a entidade responsável se pronuncie acerca dessa nossa disponibilidade.----

--- Sobre a questão do Hospital, como o senhor deputado penso que terá conhecimento, o senhor ministro esteve recentemente em Guimarães, numa visita ao Centro Hospitalar do Alto Ave, na sequência da qual uma vez mais referiu que a portaria em causa, penso que o senhor deputado também fez referência, não tem nenhuma incidência, não tem nenhum reflexo na questão das valências, nomeadamente da maternidade. Essa questão foi clara nas palavras do senhor ministro, e nós recebemos essas declarações como sendo uma confirmação de outras declarações já produzidas, de igual sentido, não só pelo senhor ministro, como por outros membros do Governo. Mas, independentemente disso, a Câmara Municipal contínua vigilante, atenta, concentrada, a ajudar a criar condições, para que o Hospital de V. N. de Famalicão, no Centro Hospitalar em que está inserido, ou noutro em que se venha a inserir, reúna as condições para não só manter valências, como acima de tudo reforçar competências. ----------

--- Quanto às perguntas do senhor deputado da CDU, a primeira penso que é um requerimento que a Mesa da Assembleia naturalmente irá tramitar. Quanto às outras duas questões, confesso que sobre o lote de Vilar senhor deputado, eu não conheço, não sei ao que se refere, peço o favor, se possível, de fazer um requerimento por escrito, teremos o cuidado de lhe responder com o rigor que merece a sua interpelação. ----------

--- Quanto à variante a poente A14, é uma reivindicação onde nós continuamos a persistir, são muitas as diligências que têm sido feitas em muitas instâncias, desde a Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional, à Estradas de Portugal, ao próprio Governo. Sabemos que o Governo está também a fazer diligências a nível comunitário para obter um reforço de financiamento que permita que esta obra seja executada tal como estava projetada, mas confesso que neste momento não temos nada de novo que possa e que deva ser publicamente transmitido, sendo que logo que exista algum dado concreto, obviamente

levaremos ao conhecimento de todos, nomeadamente dos senhores deputados da Assembleia Municipal. “ ----------

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: ----------

--- “Eu tinha duas singelas questões para o senhor Presidente da Câmara. Uma é relativamente ao Fundo de Apoio Municipal, um projeto de lei que se discute neste momento, ou que está em discussão na Assembleia da República, e que vai afetar significativamente as finanças locais, nomeadamente este município. Eu gostaria de saber se este executivo já tem alguma posição definida e, na afirmativa, qual é e até que ponto é que esse fundo terá impacto nas finanças deste município? ----------

--- A outra questão é relativamente a uma informação que circula, não sei até que ponto fidedigna, de que a Câmara pretende vender a sua participação na Resinorte, fazendo parte desse bolo da privatização da EGF. Eu gostaria de saber se isto é verdade, se já está decidido e, na afirmativa também, se esta perca de soberania por parte do executivo, nomeadamente em relação a um ponto que iremos discutir um pouco mais à frente, mas também em relação, por exemplo, às águas, se não será uma questão preocupante para os famalicenses? “----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: --------

--- “Senhor deputado, sobre a primeira questão, o chamado FAM - Fundo de Apoio Municipal, a posição do município é uma posição de discórdia, não perante a existência do fundo, que o achamos necessário, mas perante a relação de forças na comparticipação do fundo. Acompanhamos aliás de perto nesta matéria, a posição da Associação Nacional de Municípios. Como sabe, é uma posição que não defende a proposta governamental e digo porquê: eu entendo que este fundo é necessário, à semelhança do que foi necessário o PAEL, também trouxe ele, o PAEL, algumas soluções para constrangimentos de muitas autarquias, nomeadamente Câmaras Municipais, e sabemos que não podemos assobiar para o lado perante um problema real que afeta o país pelo facto de os municípios não terem à sua disposição instrumentos de resgate como o Estado teve. Eu não quero revisitar a história para fazer um juízo de valor sobre as opções feitas há uns anos! Mas, reconheço que o Estado teve uma solução, e os municípios não têm solução análoga àquela que o Estado teve. E os Municípios precisam, e felizmente não é o caso de Famalicão, portanto estamos à

vontade para falar sobre esta matéria, mas registamos que não é o caso de Famalicão, muitos municípios, não são tão poucos quantos se diz, são muitos mais do que aqueles que são noticiados, precisam de um instrumento que lhes dê sustentabilidade, e que permita que os interesses dos munícipes, nomeadamente bens e serviços essenciais, continuem a ser prestados. Não é só a questão dos salários, é muito mais do que isso! E para esse efeito é preciso constituir um fundo de resgate que obviamente solidarize os municípios também, mas necessariamente o Estado. O que nós achamos, é que a relação de forças não é correta entre o Estado e os Municípios. Deveria ser, no mínimo, igualitária, para não dizer o Estado com peso superior, porque o Estado beneficiou da presença externa para que também ele pudesse regularizar as suas contas. Quanto às consequências para o orçamento municipal, estamos a falar de cerca de seiscentos mil euros/ano, é o que resulta do critério que está fixado, obviamente que para o município não é uma boa notícia, confesso-lhe que o facto de podermos dar esse contributo é sinal de saúde financeira do município, nós precisamos é desse dinheiro para outros investimentos que obviamente são necessários e contamos com ele. E, portanto, continuaremos nos nossos meios e no nosso quadro que é a Associação Nacional de Municípios, que achamos que este é que é o quadro certo para tomar esta posição relativamente ao Fundo de Apoio Municipal. ----------

--- Quanto à Resinorte, primeiro um esclarecimento: a Câmara Municipal não tem nenhuma participação na Resinorte. Quem tem uma participação na Resinorte, é a Associação de Municípios do Vale do Ave, a Amave. Não é a Câmara Municipal! Senhor deputado impõe-se esse esclarecimento que a Câmara não tem juridicamente nenhum posição. E não tem, porque se tivesse intenção de a libertar, obviamente teria que seguir um procedimento administrativo! Não vamos estar agora aqui a saber quais eram os passos, mas teria que ser um procedimento. A Câmara tem, por intermédio da Amave, se quiser, essa mesma posição, só que juridicamente quem é detentor é a Amave. ----------

--- O que acontece, é que houve uma deliberação, unânime, na Amave, no sentido de disponibilizar o número de ações que a Amave detém nessa empresa, para que elas fossem vendidas numa hipotética aquisição que está em curso, como sabe, no âmbito da privatização dessa e de outras empresas a nível nacional. E, portanto, a Câmara Municipal

tão só votou, repito em unanimidade, com os diferentes municípios que integram a Amave, no sentido de a Amave proceder à venda dessa mesma participação."----------

--- **CARLA FARIA (PS)** – disse:----------

--- "Senhor Presidente da Câmara, a minha dúvida vai em relação aos terrenos que vão ser entregues à Paróquia de S. Martinho. Na última Assembleia de Freguesia tive a informação que os terrenos iam ser entregues à Paróquia, mas a Paróquia poderia vendê-los a um particular. Eu queria saber até que ponto isso é verdade, porque a ideia com que eu tinha ficado aqui na Assembleia Municipal, é que esses terrenos iam ser entregues à Paróquia e para esse efeito, mas na última Assembleia de Freguesia não foi essa a ideia com que fiquei. Eu participei e a ideia que o senhor Presidente da Junta de Freguesia deu, foi que os terrenos iam ser entregues à Paróquia e a Paróquia podia vender e fazer o que quisesse. Pode-me esclarecer então nesse sentido?"----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: --------

--- "Senhora deputada, Carla Faria, eu não estive nessa Assembleia de Freguesia, não sei o que aí aconteceu. Devo dizer-lhe o que já disse nesta Assembleia Municipal há uns meses atrás e a ata há de com certeza retratar o que aqui foi dito.----------

--- A Câmara Municipal e esta Assembleia, portanto o Município, cedeu à Paróquia duas parcelas de terreno, para que estas parcelas de terreno servissem os fins da Paróquia. O que na altura me perguntaram, foi se os terrenos podiam ser vendidos, se iam ser vendidos, e o que eu disse foi o seguinte: que a lei tinha de ser cumprida! Se a lei impedir que os terrenos doados pelo Município sejam vendidos, eles não podem ser vendidos! O que eu disse é que a lei ia ser cumprida. E o que eu disse na altura e repito hoje, é que os terrenos foram cedidos para cumprir os interesses da Paróquia, no âmbito da execução de um projeto que está em curso que é o Centro Paroquial de Vale S. Martinho. Esta é a verdade! ----------

--- Quando na altura me perguntaram também, se o Centro Paroquial ia ser construído nesses terrenos, eu disse que não, obviamente que não, porque o Centro Paroquial já está em curso, não vai começar a ser construído! O que acontece, é que a cedência dos terrenos, servia para que a Paróquia pudesse através dos terrenos, proceder à execução da sua obra. --

--- Quanto à questão específica da venda, que eu não sei se vai haver ou não vai haver venda, o que eu disse na altura e repito hoje, é que a lei será obviamente cumprida. E se a lei

impedir que um terreno doado pelo município seja vendido, obviamente que não pode ser! Foi isso que eu disse e repito hoje."----------

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:----------

--- "Senhor Presidente da Câmara, desculpe lá, mas agora criou-me um bocado de confusão! Primeiro estranhamos um bocado a Assembleia de Freguesia de Vale S. Martinho desconhecer o assunto! Foi o que nos foi transmitido na Assembleia de Freguesia. Segundo, V.a Exa segundo disse nesta Assembleia Municipal na altura da desafetação, e foi com essa justificação que o Partido Socialista votou favoravelmente, foi que esses terrenos iam ser destinados a um Centro Cívico! Foi esse o seu esclarecimento que fez com que o Partido Socialista alterasse o seu sentido de voto, que se tinha abstido na Câmara Municipal e aqui votou favoravelmente. Portanto estamos a ver que afinal a sua explicação não condiz com aquilo que está a dizer agora. Há uma clara contradição. "----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- "Nós também, enfim, estamos bastante perplexos perante uma situação que na anterior Assembleia foi de facto aqui colocada e foi adiantada pelo próprio Presidente da Câmara, que se destinava de facto esse terreno para fins comunitários. E até foi mais longe, que se tratava de um lar, e como tal, pensamos que na verdade está à partida desvirtuado afinal de contas o fim a que se destinava aquela parcela de terreno. Não se colocando aqui o problema, naturalmente da legalidade do ato em si, a questão que se coloca é que quem votou favoravelmente, votou num certo sentido e foi esse o sentido digamos, da utilização para a comunidade e não para outro fim. Penso, portanto, que há aqui alguma coisa que não bate certo. Portanto, também queremos reafirmar, a nossa estranheza desta informação, ou desta nova situação, contra a qual estamos naturalmente. ----------

--- Aproveitava a ocasião, ainda no campo das informações do senhor Presidente da Câmara, para colocar aqui somente uma pequena questão que se relaciona com a manutenção do Parque da Devesa, em que nós gostaríamos de saber um pouco mais em concreto, sobre quais são efetivamente os fins desta comissão, como é que ela é constituída, quem são as pessoas que vão constituir esta comissão, gostaríamos de ser um pouco mais esclarecidos sobre esta comissão que está aqui a ser constituída no âmbito da manutenção do Parque da Devesa."----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: --------

--- "Sobre a questão que ambos os senhores deputados referiram relacionado com os terrenos em Vale S. Martinho, o que eu disse na última Assembleia, senhor deputado, está escrito, não vale a pena o senhor citar, nem eu, está escrito e as atas servem para isso. Se a Assembleia de Freguesia sabia ou não sabia, o problema não é do Presidente da Câmara, como deve imaginar. ----------

--- Quanto à questão do senhor deputado, Domingos Costa, a comissão criada para o Parque da Devesa, não é para manutenção, é para gestão e realização de eventos. É constituída por entidades, não por pessoas singulares, que têm alguma afinidade com o Parque, nomeadamente fizeram parte da parceria e da comissão local de acompanhamento, porque são dois órgãos que existiam na altura da construção do Parque. E, portanto, desde os Presidentes de Junta das Freguesias onde está o Parque e são confinantes com ela, até a PSP, a Associação dos Moradores das Lameiras e muitas outras instituições, Agrupamentos de Escolas, ou seja, todos que tem uma atividade com aquilo que é a vida do Parque, fazem parte dessa mesma comissão que foi criada."----------

---

--- **SEGUNDO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, DE: - 1 (UM) TRABALHADOR NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DESCRITAS NO MAPA DO PESSOAL, APROVADO PARA O ANO DE 2014, RELACIONADAS COM AS ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES PARA A ÁREA DE ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO, COM RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA RESULTANTE DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM ABERTO PELO AVISO Nº 11502/2011, PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE, Nº 100, DE 24 DE MAIO DE 2011, RETIFICADO PELA DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO Nº 1304/2011, PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE, Nº 161, DE 23 DE AGOSTO DE 2011, RESPEITANDO A ORDENAÇÃO CONSTANTE DA LISTA UNITÁRIA DE ORDENAÇÃO FINAL HOMOLOGADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2013. (GRELHA E)* ----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou a proposta. ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, DE: - 1 (UM) TRABALHADOR NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DESCRITAS NO MAPA DO PESSOAL, APROVADO PARA O ANO DE 2014, RELACIONADAS COM AS ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES PARA A ÁREA DE ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO, COM RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA RESULTANTE DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM ABERTO PELO AVISO Nº 11502/2011, PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE, Nº 100, DE 24 DE MAIO DE 2011, RETIFICADO PELA DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO Nº 1304/2011, PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE, Nº 161, DE 23 DE AGOSTO DE 2011, RESPEITANDO A ORDENAÇÃO CONSTANTE DA LISTA UNITÁRIA DE ORDENAÇÃO FINAL HOMOLOGADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2013, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.*** ----------

---

--- **TERCEIRO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, IP, COM VISTA À ELABORAÇÃO DE UMA CARTA DOS EQUIPAMENTOS DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS 1, 2 E 3 DA PROPOSTA. (GRELHA E)*----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou a proposta. ----------

--- **DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – disse: ----------

--- "Propõe-nos a Câmara deliberar sobre o protocolo de cooperação entre si e ARS Norte, nos termos da minuta que juntou, cujo conteúdo nos dá a conhecer o objetivo primeiro: Elaboração de uma Carta dos Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários do Concelho.

Percebe-se, por uma leitura atenta do documento, uma fuga da Edilidade para a frente, no que à manutenção e encerramento de Postos de Saúde diz respeito. ----------

--- Isto num momento em que é divulgado que, por causa da crise, as consultas de psiquiatria infantil e juvenil, em 2011/2013 aumentaram 23%. E afirma-se: a escassez de recursos está a tratar a saúde mental como o parente pobre! ----------

--- Quando centenas de trabalhadores da saúde são obrigados a emigrar! ----------

--- Quando 66 diretores do Hospital S. João – o melhor do país em 2009/2010/2011 – pedem a demissão por falta de condições para prestarem um serviço de saúde com qualidade aos doentes! ----------

--- Pelo que importa aqui e agora, tecer algumas considerações: ----------

--- Governava o PS, e tinha um representante famalicense no Governo Civil, quando esta maioria lhes teceu as mais duras críticas quanto à sua alegada insensibilidade na reorganização dos serviços de prestação de cuidados primários de saúde; ----------

--- Estava em causa, então, a criação de USFs, com a alegação de que prestariam um melhor serviço às populações; ----------

--- Constituíram-se, *ad hoc* e à pressa, algumas comissões de utentes que, apesar de terem recebido testemunho do Governador Civil de que não estava previsto nenhum encerramento de Postos Médicos, continuaram a movimentar-se, politicamente, pela manutenção das infraestruturas existentes ao tempo; ----------

--- Mudou o governo, não mudou a maioria municipal e parece que os ânimos acalmaram; --

--- Sol de pouca dura, porém; ----------

--- Ao contrário de então, agora parece que a coisa vai mesmo para a frente; ----------

--- A Câmara e as juntas respetivas empenharam-se em solucionar a falta de funcionários; as comissões de utentes acalmaram, talvez por se tratar de maioria governamental compatível com a municipal; ----------

--- Em sessão de propaganda política a Câmara convocou as juntas e as comissões de utentes, disponibilizando-se para suportar despesas com as rendas das instalações em "alegado risco de encerramento"; ----------

--- Sabe-se de muitas movimentações de responsáveis por interesses locais, na perspetiva de que as unidades a preservar ou a criar de novo privilegiem as suas localidades; ----------

--- Perante esta situação parece-nos que a maioria deve, em relação ao anterior governo e governo civil, uma retratação pelas posições que contra eles assumiu. ----------

--- Posto isto, senhor Presidente da Câmara, mantendo os considerandos da lei e, sobretudo, o da Constituição, aduzidos no documento em discussão, salvaguardar os interesses da população e atender às suas necessidades básicas em questão de saúde primária implica, aliás para culminar com êxito a sinceridade de todas as diligências anteriores da Câmara, a manutenção de todas as instalações em funcionamento neste momento, dotando-as dos meios técnicos e humanos adequados à prestação de um serviço de qualidade. ----------

--- Terá, por isso e para isso, o voto favorável do Partido Socialista."----------

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: ----------

--- "Eu começaria por fazer um pequeno aparte, eu não sei por que é que a estrelinha vermelha desapareceu do ecrã, mas de qualquer forma, talvez na senda das malhas negras da ata, a estrela vermelha desapareceu do ecrã. Não sei se é uma forma de censura ou de….." --

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse que deveria ser erro informático, mas que isso seria resolvido, que não se preocupasse. ----------

--- **PAULO COSTA (BE)** – continuou: ----------

--- "Indo ao assunto que me traz aqui, gostaria de começar por louvar a Câmara por tomar esta iniciativa de zelar pelo bem-estar dos famalicenses quanto aos cuidados de saúde primários no que respeita este protocolo. Há um breve senão, que é a questão de se o Serviço Nacional de Saúde não cumpre a sua missão mais do que protocolos que visam remendos, deve o executivo tentar junto do Serviço Nacional de Saúde, máxime, Ministério da Saúde, para que dote este território, as suas populações, de condições para que elas tenham acesso a esses cuidados de saúde primários. ----------

--- Outra questão mínima, mas relativamente à comissão de análise, propõe-se neste protocolo, que a mesma venha a ser integrada também por um elemento da Assembleia Municipal, eu propunha ao executivo que vai indicar esses três representantes na comissão de análise, que integrasse um deputado da oposição, que seria até uma forma de… para além de transparência, uma forma de envolver diferentes forças políticas nesta questão."----------

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- “Iria recuar no tempo, que há cerca de três anos, num abaixo-assinado, os utentes do Centro de Saúde de V. N. de Famalicão, manifestaram-se promovendo um abaixo-assinado que recolheu cerca de 2 mil assinaturas, reclamando justamente o que era muito importante para a sua saúde, que era, para além de outras coisas, terem médicos para serem atendidos devidamente. E, nesse momento, a falta de médicos, creio que num número na ordem de mais de meia dúzia de médicos, criava uma situação dramática, provocava muitos problemas de filas de espera, o que naturalmente não se pode de forma alguma, considerar uma situação deste teor, atento a que a saúde é um direito inalienável e deveria ser rapidamente resolvido esse problema da falta de médicos. Sendo certo que isto acontecia num universo em que cerca de 10 mil utentes já estavam sem médico de família. E por quê esta situação, exatamente porque o Governo começou naturalmente a pressionar os médicos e não só os médicos, os funcionários públicos, no que diz respeito às questões que se relacionam, por exemplo, com as reformas, os cortes das reformas, os problemas que poderiam advir no tempo que quem viesse a pedir a aposentação poder ser penalizado mais à frente. Claro que isto obrigou a que muitos profissionais de saúde começassem a pensar seriamente em pedir a aposentação e daí a falta de médicos. Hoje, estamos perante uma situação, reconhecidamente, até pela própria Câmara, dum problema que tem a ver com situações de Centros de Saúde, ou de extensões de saúde, que começam a padecer, não só da falta de médicos, mas também de outros profissionais, até mesmo de utentes dado que a carestia de vida faz com que muitos deles coloquem a saúde num plano, infelizmente, secundário, porque os meios de serviços que dispõe, não lhes permite sequer custear as despesas inerentes a essa mesma saúde. ----------

--- Nós, num quadro destes temos receio do seguinte: que este protocolo que a Câmara pretende fazer com a ARS, venha a desembocar numa situação de, por exemplo, de acabar com alguns Centros de Saúde, devido precisamente à falta, ou ao racionamento que venha a ser tido em conta no âmbito destas démarches que vão ser feitas. E, como tal, pensamos que este problema deve ser atacado e assim é por uma outra via que é dar condições às pessoas para se deslocarem aos Centros de Saúde, permitindo-lhes melhores acessos, transportes gratuitos àquelas que tem enormes problemas na sua vida económica. Daí que, o receio que nós aqui apresentamos é justamente este, é de que neste protocolo se venha a criar uma

situação que ficamos depois a ver os Centros de Saúde a desaparecerem deste concelho, obrigando a que muitos utentes tenham que se deslocar ainda mais longe a alguns desses mesmos Centros de Saúde que irão ficar. Portanto, no âmbito desta situação, nós pensamos que a Câmara Municipal deve exigir ao Governo que disponibilize profissionais para os Centros de Saúde, e que também criem as condições necessárias para que os utentes possam justamente se deslocar e, portanto, serem minoradas as despesas dos mesmos."----------

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: ----------

--- "Embora esteja em causa uma atribuição, que é claramente uma atribuição da Administração Central, a verdade é que as Câmaras Municipais, sejam elas de que região do país for, tem algumas competências neste setor. Desde logo uma competência residual que é a defesa dos interesses dos seus munícipes, do seu território e das suas populações. Mas também tem competências em matéria de conhecimento, de facto é uma entidade que está próxima das populações, está próxima dos problemas e, portanto, tem essa capacidade, esta competência de conhecimentos, que a Administração Central mais deslocada, mais longe, naturalmente não tem. E tem ainda uma capacidade que a Administração Central não tem, tem uma capacidade de planeamento que pode, de facto, contribuir para que haja uma melhor definição naquilo que é a localização futura das unidades de cuidados de saúde primários. ----------

--- Ora, a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, tem em nome destas três competências, uma residual e outras duas mais específicas, de facto tem procurado agir com rigor, com empenho, com frontalidade, mas também com sensatez! E aquilo que por vezes vai faltando é sensatez! E a Câmara tem procurado de facto agir com frontalidade, com rigor, mas com sensatez. E a prova disso, e a prova de que não se esconde pelo facto de a maioria que governa o país ser exatamente da mesma cor política, o facto é que esta Câmara Municipal já por três oportunidades e esta já é a terceira, demonstrou exatamente essa frontalidade na defesa daquilo que são os interesses dos famalicenses. ----------

--- A primeira resultou, desde logo, quando publicamente e conjuntamente com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e com demais vereadores, reagiu à alegada intenção, ou invocada a intenção por parte da Administração Regional de Saúde, no esvaziamento dos serviços de algumas unidades de saúde locais do nosso concelho. ----------

--- Em segundo lugar, quando deu um contributo e se manifestou perante o Ministério da Saúde, no sentido de ela própria, através do seu orçamento, poder contribuir para um melhor funcionamento dos serviços. Como? Através daquilo que foi definido como uma municipalização do serviço. Aliás, uma atitude muito contestada, muito criticada em tempo de campanha eleitoral por algumas das forças políticas, curiosamente que hoje as repetem noutros sítios do país, designadamente na Câmara Municipal de Sintra. ----------

--- Finalmente, o terceiro exemplo, é exatamente este protocolo. Um protocolo que visa claramente definir, encontrar as melhores soluções do futuro para a saúde em V. N. de Famalicão e concretamente para a prestação de cuidados de saúde primários no nosso concelho, e dessa forma, tal e qual como fez nas outras duas iniciativas, procurar dentro daquilo que são as possibilidades do país, dentro daquilo que é os constrangimentos, limitações e os condicionalismos muito específicos que incidem sobre o país, possa contribuir de facto para que todos os famalicenses tenham acesso aos cuidados de saúde primários."----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- "Já o referimos, defendemos intransigentemente o Serviço Nacional de Saúde, defendemos esse serviço como sendo gratuito e obrigatório. Achamos que isso compete ao Governo Central. A Câmara Municipal, achamos que tem um papel, claro que tem, é um papel mais lateral de apoiar as populações, neste caso concreto, enquanto não estiver resolvido este problema dos Centros de Saúde, poder eventualmente apoiar os transportes, mas o Serviço Nacional de Saúde não deve, a nosso ver, ser municipalizado. Não faz qualquer sentido que haja aqui o Município de Famalicão, como sendo um país. Famalicão não é um país, Famalicão é um município. Não faz sentido que o nosso vizinho do lado tenha direitos diferentes dos nossos, ou que nós tenhamos mais que o vizinho do lado, ou o contrário. O que faz sentido é que o cidadão deve ser cidadão de corpo inteiro e que o Serviço Nacional de Saúde deve ser gratuito e obrigatório e devemo-nos pautar por esse princípio que é muito importante. É algo que nos parece a nós, CDU, defender intransigentemente. E no que diz respeito a questões laterais, naturalmente que as questões laterais apoiá-la-emos e não é só neste município, noutros também e apoiaremos sempre." --

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: --------

--- "Muito brevemente para registar que aqui foi citada uma expressão de fuga para a frente. Não me parece que os senhores autarcas de freguesia que estiveram presentes nessa iniciativa, aceitem essa referência. O que nós temos feito nesta matéria, é muito sério para ser objeto de uma adjetivação que não parece minimamente adequada e tenho que o dizer com frontalidade. O que nós estamos a fazer em concertação, quer com os senhores Presidentes de Junta, quer com as comissões de utentes, é algo muito importante para as pessoas. Nós temos consciência que a saúde, nomeadamente nos seus cuidados primários, afeta decididamente uma faixa muito significativa da nossa população. E o cidadão está muito mais preocupado em ter cuidados de saúde, do que em saber quem é que é responsável por eles! E há uma diferença grande entre as autarquias e o estado! É que nas autarquias há uma porta aberta, há um rosto, há um responsável direto e há alguém com quem falar e a quem exigir responsabilidades! E, por isso, nós não nos limitamos a usar um estatuto invocando para dizer que não é posto! Nós temos a responsabilidade de ajudar as pessoas, e se nós tivermos meios, ainda que não estejamos a falar de matérias da nossa responsabilidade, eu acho que nós enquanto autarcas, olhando para a imediação e proximidade, temos o dever de ajudar. É neste contexto que esta ação da Câmara Municipal se situa. Nós não queremos substituir o Estado, que fique bem claro! Por isso é que nós falamos em meios logísticos, em pessoal administrativo, auxiliar. Não falamos em médicos, não falamos em enfermeiros. Nós não queremos fragmentar o Serviço Nacional de Saúde! Que fique bem claro! Não queremos intrometer-nos nessa matéria! O que queremos é criar condições em Famalicão, para que localmente existam as respostas. E este protocolo, que também aqui foi dito como protocolo de cooperação, é um protocolo de colaboração, uma coisa diferente. O que está em causa nesta fase é um diagnóstico, é fazer uma avaliação séria, rigorosa do que está aqui a ser discutido. ----------

--- Quanto ao nome a indicar senhor deputado, a Câmara Municipal não tem nenhuma interferência na indicação como deve compreender, o plenário é soberano e há de indicar esse membro."----------

--- **DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – disse: ----------

--- "Senhor Presidente, eu gostava que me dissesse por favor, se recebeu por acaso algum *email*, o senhor ou a vereação, do senhor Presidente da Junta do Louro, queixando-se de ter

sido ostracizado no caso das reuniões que terão havido noutro Centro de Saúde e com outros interessados, e que no Louro não houve esse cuidado com o Presidente da Junta, e se esse representante daquelas populações, não merecia ter sido ouvido?" ----------

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: ----------

--- "Eu só venho aqui, de acordo com a cláusula 2 do protocolo, fazer uma proposta do representante da Assembleia, a qual entrego à Mesa." ----------

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:----------

--- "Relativamente a esta questão do membro a indicar, nós não tínhamos indicação, aliás estávamos a escrever para indicar o membro, mas não temos como indicar, estamos cá para isso. Agora faço um apelo à maioria, que era de bom grado que fosse um membro da oposição, exatamente para esclarecermos tudo e para ser mais o mais transparente possível. Acho que certamente a maioria dentro do acordo no âmbito da transparência não terá qualquer problema nisso! Se calhar tem! Não sei qual é o nome, mas estamos à espera de ver, porque se calhar vamos ter uma agradável surpresa. ----------

--- Senhor Presidente, a questão que o meu camarada trouxe aqui, relativamente ao senhor Presidente da Junta do Louro, é uma questão bastante importante e faço aqui um apelo ao senhor Presidente: estas reuniões e este assunto é duma matéria muito delicada e duma extrema importância para as populações que V.a Exa reconheceu. É importantíssimo que os senhores Presidentes de Junta, que são os primeiros elos de ligação com as populações, são os primeiros a receber as queixas das populações, estejam obrigatoriamente presentes nas reuniões e sejam informados daquilo que vai acontecer, porque eles são o primeiro elo de ligação. Portanto, fica o apelo senhor Presidente para que todos os presidentes de Junta que estejam implicados nestas situações, independentemente da sua cor política, devem estar presentes e principalmente inteirados destes assuntos de extrema delicadeza." ----------

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: ----------

--- "Eu há bocado não registei que a proposta que nós apresentamos é uma proposta dos grupos municipais do PSD e do CDS-PP. E na realidade, quer dizer, nós ficamos, é um bocado complicada a posição para nós indicarmos alguém da oposição com a grande oferta que temos, por isso, se calhar não foi exatamente isso que fizemos."----------

---- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – fez a leitura da proposta apresentada pelos grupos municipais do PSD e do CDS-PP que é do seguinte teor:

--- "O grupo municipal do PSD e o grupo municipal do CDS-PP, propõe a senhora D. Maria Manuela Ferreira Pereira da Silva Martins, para integrar a Comissão de Análise a que respeita a cláusula 2ª que tem por objeto a elaboração da Carta dos Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários do Concelho de V. N. de Famalicão, conforme consta da minuta de protocolo a estabelecer com a Administração Regional de Saúde do Norte I. P. "

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:----------

--- "Senhor Presidente, só uma questão à Mesa, parte do pressuposto que vai ser feita a votação do representante da Assembleia Municipal agora?" ----------

---- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – eu tencionava antes de pôr à votação, interromper por 30 segundos e falar com os líderes municipais para acertarmos a melhor metodologia, sendo que no final, em caso de dúvida, como sabem a Mesa submete o que seja a votação. Mas ainda assim, suspenderei uns segundos para uma conferência com os líderes municipais para tentarmos acertar numa metodologia, não sendo possível metodologia o consenso, então teremos uma votação."----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – disse:----------

--- "Senhor Presidente, só para esclarecer uma questão que aqui foi feita pelos senhores deputados do Partido Socialista, eu quero aqui dizer, como é óbvio, não vou revelar conteúdos de conversas com autarcas, nunca o farei, não vou abrir aqui uma exceção. São muitos os contactos que eu faço com todos os autarcas do concelho de Famalicão, eles estão aqui e sabem que isso é verdade, pelo telefone, por *email*, pessoalmente, procuro estar sempre disponível para estar com eles quando eles mais precisam, sem exceção. Portanto, não aceito as referências que aqui foram feitas e, portanto, acho que não são verdade e as pessoas visadas sabem que isso é mentira. ----------

--- Sobre a questão das reuniões, a Câmara Municipal não esteve em nenhuma reunião, não sei do que estão a falar. A Câmara Municipal não esteve em nenhuma reunião! E se alguma reunião existiu, não foi com a Câmara Municipal, nem foi do conhecimento da Câmara Municipal. E, portanto, se alguma coisa houve em concreto e não sei concretamente ao que o senhor deputado se está a referir, confesso que não sei mesmo, a Câmara Municipal

agradece que a informasse. Reunião não houve, muito menos com a presença e com conhecimento da Câmara Municipal.”----------

---- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: ----------

--- “Pedia então aos senhores líderes municipais que por uns minutos, reuníssemos no meu gabinete.” ----------

--- Depois de reunidos disse o seguinte:----------

--- Senhores deputados, recomeçando os trabalhos, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou já uma candidatura preconizada pelo senhor deputado, Manuel Joaquim Duarte Santos. ----------

---Primeiro votaremos o Regulamento, porque o Regulamento prevê a indicação do membro pela Assembleia Municipal, e depois a proposta já com a indicação destes dois nomes. ------

--- Queria dar também uma informação aos senhores deputados: nós não temos neste momento como elaborar boletins de voto com o nome escrito, trata-se de voto secreto, porque vamos votar pessoas, e então improvisamos com a concordância de todos os líderes municipais, o que vamos fazer é aproveitar boletins que já temos feitos, um boletim que tenha a lista A e a lista B. A ordem é a da entrada, saberão então que quando votarem na lista A estão a votar na Dra. Maria Manuela Ferreira Pereira da Silva Martins. Quem votar na lista B, estará a votar no Dr. Manuel Joaquim Duarte Santos.----------

--- Entretanto como é preciso preparar tudo isto, eu vou pôr agora à votação o Protocolo e depois votaremos os nomes.----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, IP, COM VISTA À ELABORAÇÃO DE UMA CARTA DOS EQUIPAMENTOS DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS 1, 2 E 3 DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.*** ---

--- ***SUBSEQUENTEMENTE, FOI APROVADO EM VOTO SECRETO, COM QUARENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, COMO INDICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A SENHORA DR.ª MARIA MANUELA FERREIRA PEREIRA DA***

SILVA MARTINS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PSD/CDS-PP, TENDO SIDO REJEITADA, POR OBTER APENAS DEZASSEIS VOTOS, A CANDIDATURA DO SENHOR MANUEL JOAQUIM DUARTE SANTOS, PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PS, REPORTANDO-SE AINDA UM VOTO NULO E DOIS VOTOS BRANCOS.----------

---

--- **QUARTO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 33º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TOMAR CONHECIMENTO E APROVAR, PARA EFEITOS DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO, PELO MONTANTE DE 248.952,50€ (DUZENTOS E QUARENTA E OITO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E DOIS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS), A RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA À PRESENTE PROPOSTA E QUE, POR ECONOMIA E BREVIDADE, AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA, PASSANDO AS CEDÊNCIAS NOS ALVARÁS DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO ANO DE 2013, COM UMA ÁREA TOTAL DE 5.749,50 M2, A INTEGRAR O INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS 1 E 2 DA PROPOSTA E DOCUMENTOS ANEXOS. (GRELHA E)*----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- "É só para dizer rapidamente o seguinte: nós consideramos de facto esta proposta muito positiva. Aprová-la-emos considerando que estes espaços do domínio público, do domínio municipal, do município, enriquecem de facto o mesmo e, portanto, devem ser colocados sempre ao serviço das respetivas populações onde elas se situam. No entanto, voltamos a reafirmar, que se deve é evitar a alienação futura, porque doutra forma fica prejudicado este nosso elogio." ----------

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: ----------

--- "Nós, obviamente que nos congratulamos com esta proposta. Ela é benéfica porque cada vez mais se torna clara a situação do património do município, no entanto o que o senhor deputado que me antecedeu referiu relativamente à alienação ou não destas parcelas, levou-me a vir aqui e dizer o seguinte: ----------

--- Conforme podem verificar pelo quadro, isto são parcelas que vão desde os 26 m^2 aos 200 m^2. A maioria das parcelas, são abaixo dos 100 m^2. São pequenas parcelas de cedência ao domínio público, que são pejadas pelo concelho e que não têm dimensão para serem usufruídas de um modo praticável pelas populações. Daí que eu não ponho a questão da alienação como primeiro objetivo, como é óbvio, mas deixo em aberto e a Câmara depois nos dirá aquilo que achar por melhor, mas deixo em aberto que a Câmara procure encontrar a melhor forma de pôr estas parcelas ao serviço da população e ao serviço dos famalicenses. E se isso passar por alienação, por permuta, não me parece que à partida possamos pôr de parte esse tipo de saída, pois parece-me que o interesse municipal deve suplantar esse tipo de reações. Por isso, iremos votar, obviamente a favor desta proposta." ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 33º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TOMAR CONHECIMENTO E APROVAR, PARA EFEITOS DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO, PELO MONTANTE DE 248.952,50€ (DUZENTOS E QUARENTA E OITO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E DOIS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS), A RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA À PRESENTE PROPOSTA E QUE, POR ECONOMIA E BREVIDADE, AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA, PASSANDO AS CEDÊNCIAS NOS ALVARÁS DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO ANO DE 2013, COM UMA ÁREA TOTAL DE 5.749,50 M2, A INTEGRAR O INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS 1 E 2 DA PROPOSTA E DOCUMENTOS ANEXOS, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.***----------

---

--- **QUINTO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 68 M2, AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, SITA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, NOS TERMOS DOS PONTOS 1 E 2 DA PROPOSTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 10 DE ABRIL DE 2014. (GRELHA E)*----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 68 M2, AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, SITA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, NOS TERMOS DOS PONTOS 1 E 2 DA PROPOSTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 10 DE ABRIL DE 2014, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA VOTOS A FAVOR E UM CONTRA.*** ----------

---

--- **SEXTO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, ABRANGIDA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 19/1999, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ, NOS TERMOS DOS PONTOS 1 E 2 DA PROPOSTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 24 DE ABRIL DE 2014. (GRELHA E)* ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, ABRANGIDA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 19/1999, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ, NOS TERMOS DOS PONTOS 1 E 2 DA PROPOSTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 24 DE ABRIL DE 2014, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E DEZ ABSTENÇÕES.***----------

---

--- **SÉTIMO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, A PRETENSÃO DA REQUERENTE, DE CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A APOIO DE UM LAR DE 3ª IDADE, SITO NO LUGAR DE REGUENGO, DA UNIÃO*

DAS FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA R), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NO ARTIGO 25º DO DECRETO-LEI Nº 73/2009, DE 31 DE MARÇO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou a proposta. ----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- "Nós pensamos que de facto esta valência para o concelho e naturalmente para a união das freguesias é da maior importância, mas não poderemos deixar de dizer que temos algumas reservas em relação ao seguinte: temos de considerar que se trata de um lar de terceira idade, mas que é explorado por um privado. E, como tal, ao ser explorado por um privado, a nós merece-nos bastantes reservas no que diz respeito ao seguinte: é que, nestas situações dum conjunto de conhecimentos que temos de lares que são explorados por privados desta forma, tem vindo aspetos bastante negativos e é necessário acautelar que isto não suceda neste tipo de lar. Designadamente para que pelo menos os pobres não sejam eles massacrados, obrigados a entregar todo o seu património, ou seja, as migalhas que muito lhes custaram na vida e, portanto, aqui parece-nos que esta nossa votação, sendo favorável, ela é com este tipo de reservas. É do interesse público, é um facto, mas a exploração dele visa o lucro e não visa a nosso ver as questões de âmbito social." ----------

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: ----------

--- "Não tendo nós um entendimento estrito daquilo que será o interesse público, isto é, os privados também poderão certamente ter esse objetivo, esse desiderato de obter o interesse público, e na senda até do que o meu antecessor aqui o disse, isto não deixa de ser a desafetação de um espaço de reserva agrícola para a prossecução de, mesmo que seja na prestação dum serviço que, convenhamos, não tem qualquer óbice por parte do Bloco de Esquerda, apesar de naquela que é agora uma freguesia já haver o Lar Jorge Reis, e não deixa de ser outro privado a prestar este serviço. Verificamos é que nesta atual União de Freguesias acaba por haver, ou irá haver dois lares da terceira idade relativamente próximos, explorados por privados. Portanto, aquilo que será domínio do interesse público, a reserva

agrícola é uma questão de interesse público, e aqui a única ressalva que o Bloco de Esquerda gostaria de fazer.----------

--- Neste ponto como também no próximo, e intervirei agora já pelos dois, no próximo relativamente a esta questão de afetação de território em reserva para a instalação ou de um prestador de serviços, ou de uma indústria, a questão que para nós é central e crucial no meio disto tudo, é que há uma lógica de ordenamento do território casuístico, e era importante que o executivo tivesse, eu não diria uma mão de ferro, mas um exercício muito criterioso desta desafetação de reserva, seja ela agrícola, florestal, ou outro tipo, no levantamento destas reservas, para beneficiar, quer queiramos, quer não, mesmo que haja desenvolvimento económico, mesmo que haja serviços que beneficiem a população, o interesse, o fito imediato é para servirem interesses privados. E, portanto, nesse aspeto há algumas reservas por parte do Bloco de Esquerda nestas questões."----------

--- **PAULA DOURADO (PSD)** – disse:----------

--- "Eu só queria aqui dizer que a competência da Câmara Municipal é para o licenciamento, não é para a fiscalização destes equipamentos. A fiscalização compete à Segurança Social.--

--- No que diz respeito à desafetação da reserva agrícola, trata-se de um equipamento, dum equipamento social que cria riqueza, que cria emprego e que serve um fim social que é o apoio aos idosos. E no nosso concelho, no concelho de V. N. de Famalicão, a taxa de cobertura de apoio aos idosos efetivamente é reduzida e, portanto justifica-se um equipamento desta natureza. ----------

--- Por outro lado, trata-se de uma ampliação, não se trata da construção de um novo equipamento, trata-se de uma ampliação, e por esse motivo também devemos ter isso em consideração.----------

--- Referir por último, que a questão da desafetação é analisada em primeira instância tecnicamente, e só depois é que se afere o interesse público. Portanto, essa análise técnica já terá sido feita quando estamos aqui a analisar o interesse público." ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, A PRETENSÃO DA REQUERENTE, DE CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A APOIO DE UM LAR DE 3ª IDADE, SITO NO LUGAR DE***

REGUENGO, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA R), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NO ARTIGO 25º DO DECRETO-LEI Nº 73/2009, DE 31 DE MARÇO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. ----------

---

--- **OITAVO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE NOVO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE GASÓLEO A GRANEL, NOS TERMOS 1 A 5 DA PROPOSTA. (GRELHA E)* ----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- "Mais uma vez iremos votar a favor, mas não queríamos deixar de referir que relativamente a este articulado do concurso, que ele próprio permita de facto aos concorrentes candidatarem-se, e ao o fazerem, enfim, que o município venha a aproveitar financeiramente pela melhor proposta que aparecer." ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE NOVO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE GASÓLEO A GRANEL, NOS TERMOS 1 A 5 DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.*** ----------

---

--- **NONO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL VISANDO A NOMEAÇÃO NOS TERMOS LEGAIS DOS JÚRIS PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA OS CARGOS DE DIREÇÃO SUPERIOR E CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1º E 2º GRAU NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)* ----------

--- Neste momento ausentou-se da sala a senhora deputada Paula Rosa Gomes Peixoto Dourado no período de discussão e votação deste ponto, invocando conflito de interesses. ---

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. ----------

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:----------

--- "Relativamente a este ponto, a legalidade é evidente, nada nos opõe logicamente. Aliás entendemos que isto vem corresponder às expectativas de muitos funcionários e técnicos da Câmara, desta forma podem ver os seus anseios e as suas carreiras profissionais evoluírem. Aliás como a própria Câmara conhece que hoje em dia dispõe de técnicos superiores que promovem o risco da inovação, e que aposta a Câmara Municipal na formação profissional contínua, por esta ser um contributo essencial às dinâmicas instaladas que permitem que a autarquia disponha de um leque alargado de putativos dirigentes. Portanto, nada, e vem corresponder, aliás todos sabemos que a Câmara… O que nos causa estranheza, é que perante a formação que a Câmara tem, perante a qualidade dos técnicos que tem, seja necessário abrir um concurso externo para a entrada de quadros! Se a Câmara dispõe de quadros suficientes, com qualidade e aposta na formação, o por quê abrir o leque de alguém externo? Infelizmente esta Câmara já nos habituou a sempre que abre um concurso externo, vem alguém já conhecido! Esperemos e gostaríamos de ouvir da parte do senhor Presidente, que isso não irá acontecer, porque realmente a correspondência de um anseio dos funcionários da Câmara em que podem ver as suas carreiras profissionais evoluírem, ser posta em causa por alguém externo, de certa forma defrauda as suas expectativas." ----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- "Para a CDU estes procedimentos, a nosso ver, são de credibilidade de facto duvidosa. Nós vamo-nos abster. " ----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: --------

--- "Só relativamente à questão aqui trazida pelo senhor deputado do Partido Socialista. O senhor deputado pede garantias e eu vou-lhe dar uma garantia: o Presidente de Câmara não interfere nas decisões do júri. Espero que o senhor deputado, tal como eu, confie nas suas decisões." ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL VISANDO A NOMEAÇÃO NOS TERMOS LEGAIS DOS JÚRIS PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA OS CARGOS DE DIREÇÃO SUPERIOR E CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1º E 2º GRAU NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A***

MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E DOZE ABSTENÇÕES. ----------

---

--- **DÉCIMO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, PELO PRAZO DE DEZ ANOS, NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DECORRENTE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, PELO PRAZO DE DEZ ANOS, NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. (GRELHA E)*----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. ----------

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: ----------

--- "Eu gostaria de interpelar desde já o executivo, é referido neste protocolo, um caderno de encargos, ao qual eu seguramente não tive acesso, não sei se alguns dos senhores deputados teve, desconheço a razão por que não acompanha a proposta, portanto, desde já deixo aqui esta estranheza. ----------

--- Depois algumas considerações de carácter geral que gostaria de deixar. O senhor Presidente da Câmara ainda agora referiu, estudos feitos comparativos com outros municípios. ----------

--- Não temos esses estudos! Eu não sei se a Câmara tem alguma contabilização de quanto custa este serviço hoje? Quando fala do número, portanto, isto não é bem um cheque em branco, porque nós sabemos qual é o montante, será cerca de um vírgula oito milhões/ano durante este prazo que aqui é estimado de dez anos, mas não sendo um cheque em branco, não deixa de ser um cheque, porque a informação não temos, pelo menos não nos foi disponibilizada. Portanto, essa questão, penso que, e com questão prévia para debater este assunto é essencial. ----------

--- Depois, se não sabemos quanto é que custa hoje, se a Câmara sabe não nos transmitiu, o que é que pretende fazer aos equipamentos que tem, se os vai transmitir para a concessão ou não, ou para o contrato de prestação de serviços? ----------

--- E depois há esta questão ideológica de que sendo privado poderá ser melhor e até mais barato. Eh pá, vocês sabem que isto, são questões que não serão facilmente dirimíveis, mas o Bloco de Esquerda não tem essa leitura, quer dizer, o facto de ser privado ou público não torna melhor ou pior a prestação de serviços, não o torna mais barato ou mais caro. Aqui o único embaratecimento possível, porque para além do lucro que o operador irá ter, coisa que o exercício feito pela Câmara Municipal certamente não busca, será o custo da mão-de-obra. Presumo que este prestador de serviço, irá basicamente, perdoem-me a linguagem quase de *Dickens*, mas passará pela exploração da mão-de-obra, trabalho precário, sobreexplorado, etc.. Quer dizer, é o único meio para eu encontrar que isso possa ser mais barato para os munícipes, porque se o executivo prestando esse serviço que não visa o acrescento que certamente essa entidade ganhadora desse concurso visará, que é ganhar algo, isto é, que os seus acionistas, que os seus donos, ainda lucrem com o negócio. Eu sinceramente custa-me muito a crer que haja algum benefício para os famalicenses, a não ser essa questão eventualmente, porque só assim é que poderá algum interessado prestar esse serviço, a não ser que realmente as pessoas que façam esse serviço, as dezenas de pessoas que venham a fazer esse serviço, porque eu compreendo que a Câmara com as suas limitações na contratação de pessoas, comece a ter, ou poderá eventualmente vir a ter alguma dificuldade em prestar estes serviços nas melhores condições e com a celeridade desejada, etc., mas a solução de recorrer a privados, parece-me que não é a solução indicada."----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- "A CDU opõe-se naturalmente à privatização deste setor. E aqui assim não faltam, como disse o senhor deputado que me antecedeu, não falta nem o caderno de encargos, o caderno de encargos está aí mesmo. É este, somos nós que vamos pagar isto tudo! Esse é que é o verdadeiro caderno de encargos! A privatização deste setor, visa um negócio! Quem vai ser prejudicado com isto, somos todos nós, quer estejamos a ver este documento ou não! E muito em particular os trabalhadores, enfim, que tem neste momento uma certa proteção porque são funcionários com algumas situações importantes para a estabilidade, não só do

emprego, mas até já agora, da saúde, enfim, a ADSE é algo que para esta gente é extremamente importante, porque lhes permite ter um sistema de saúde mais vantajoso do que o da Segurança Social, mas a questão central, de facto, é mesmo esta. Deixemos de ter ilusões quanto ao futuro que irá acontecer se este setor for privatizado. E o apelo que a CDU aqui faz aos senhores deputados, é que tenham em conta, que os munícipes vão ser muito prejudicados com isto! Não é possível, de maneira nenhuma, obter-se uma menorização deste efeito, pela via da privada! Se o privado quer fazer lucro, como é que é possível estarmos a contar que o serviço vai ser mais barato para os munícipes? Mas isto cabe na cabeça de alguém? Andamos tantos anos para chegar aqui, e de repente a Câmara descobriu agora, que este setor sendo privatizado, vai ser mais barato para os seus munícipes! Acham, com clareza, que isto é possível? Bem, a nossa vizinha Câmara de Braga, há dez anos atrás injetou cerca de um milhão de contos no serviço, enfim, de recolha de lixo na privada, e agora vai injetar três milhões e meio! Quem é que paga isto tudo? Não são os munícipes? Bem, o colega que me antecedeu, já referiu alguns aspetos, está claro, a gula é que será tão grande, que não vai faltar trabalho precário, não vai faltar trabalho precário para muita boa gente! Não será já. Pois não, claro que não! Acham que os trabalhadores que deram toda uma vida a esta causa, que se esfolaram toda a vida, merecem um pontapé no rabo, salvo seja, numa situação destas? Chama-se a isto interesse público? Eu diria, interesse público não, o privado é que tem interesse de facto nisto! E, portanto, o que apelamos a todos os senhores deputados, é que relativamente a isto, e porque certamente muitos deles ou são funcionários públicos ou têm na família funcionários públicos, que pensem um bocadinho naquilo que vão fazer, porque hoje é isto, amanhã será outro. Isto é um disparate, um monstro de dinheiro, apoderar-se até, já quer agora, tomar parte no enriquecimento de algo que é de facto do interesse público. A proximidade disto tem de facto muitos ganhos! O facto do munícipe sentir que pode reclamar facilmente alguma coisa que possa vir a acontecer, será diferente no futuro! Nem o fará certamente na empresa! Os próprios Presidentes de Junta, ficam atados de pés e mãos, porque naturalmente nem vão andar atrás de suas excelências os senhores administradores que vão ganhar balúrdios com tudo isto também no futuro, os senhores Presidentes de Junta não vão andar atrás desta gente para atender as reclamações dos seus fregueses, porque isto vai ser extremamente complicado,

quando começarem a surgir os problemas vai ser de facto muito complicado! E, portanto, que se desiludam aqueles que pensam que isto vai ser mais barato, porque não vai ser mais barato, não!”----------

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse: ----------

--- “Neste preciso momento discutimos e votaremos uma proposta, apresentada a esta Assembleia, que visará a “privatização” de um dos serviços públicos de maior relevância e interesse, no que diz respeito ao bem comum de todos os famalicenses. ----------

--- O objetivo primordial de qualquer serviço público, prestado por qualquer entidade pública, implicará em toda a sua plenitude a maximização da satisfação das necessidades. Contudo a do privado ao lucro. ----------

--- Ora, o modelo de privatização implicará maiores despesas para o município e famílias não sendo certo que o serviço de qualidade e proximidade prestado atualmente pelo município se mantenha. ----------

--- Esta Assembleia Municipal possui dados suficientes para perceber se está a entregar a um privado um negócio débil ou a galinha dos ovos de ouro. ----------

--- E os trabalhadores dos atuais serviços? Serão despedidos? Serão alienados? ----------

--- Senhor presidente de Camara, gostaria que nos esclarecesse quanto aos funcionários! ----

--- Esta proposta fala em escassez de meios humanos e técnicos? E até agora? ----------

--- Faltam meios Humanos? Não foi o atual executivo Camarário que apresentou aos seus trabalhadores a possibilidade de um acordo para se irem embora? É incoerente! Ou queria ver-se livre deles para de uma melhor forma poder entregar isto a privados?----------

--- O concelho, glamorosamente apresentado como o melhor concelho para isto e para aquilo, agora não tem condições para recolher o lixo? ----------

--- Uma opção em que está em causa um primeiro contrato de 10 anos e um valor base de 18 milhões de €uros deveria ser acompanhado por um estudo credível, sério, que espelhasse claramente as vantagens de privatizar estes serviços.----------

--- Qual será a relação preço qualidade para os famalicenses e para o município? ----------

--- Só um modelo de gestão pública é que poderá garantir a defesa dos interesses públicos e das populações que nunca foram ouvidas, dadas e achadas… é triste, mas é a realidade…., --

--- Só um modelo de gestão pública apresenta maior responsabilização perante os cidadãos, ao nível da transparência, de eficácia da gestão, para além de garantir tarifas mais reduzidas e proporcionais face às capacidades financeiras dos famalicenses.----------

--- Estas políticas de desresponsabilização crescente irão levar á negociata do bem-estar coletivo e irão transformar a Camara Municipal num centro de adjudicação de negócios… negócios esses que são o bem-estar de todos os famalicenses.----------

--- Não tenhamos ilusões, a qualidade tenderá a diminuir e o custo tenderá a aumentar. ------

--- Questões ambientais, andamos anos e anos a debater-nos com a redução do lixo, e agora quando se transforma em capitalização, será que a partir de agora os privados vão ter esse interesse? Será que nos pode garantir senhor Presidente? ----------

--- A recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos deve manter-se sob a gestão pública, a entrega deste setor a interesses privados terá consequências desastrosas para os trabalhadores, para a qualidade de vida das populações e para as suas carteiras! ----------

--- Eu enquanto deputado e famalicense sou contra!" ----------

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: ----------

--- "Nos momentos de grandes dificuldades económicas como aquela que o país atravessa, o dever de boa administração da coisa pública, e é disso que nós estamos a falar, que está sempre presente, ganha claramente uma nova acuidade, uma nova importância e uma nova pertinência. ----------

--- A Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, ao longo dos últimos anos, em todos os setores de atuação, tudo tem feito para gerir e gerir bem o município, gerir bem os impostos que os famalicenses pagam, gerir bem o município, no sentido de diminuir as despesas da sua própria administração.----------

--- E o setor do ambiente, muito particularmente o setor do ambiente, é disso um bom exemplo, e mesmo no ambiente na vertente de recolha de resíduos sólidos, e os resultados veem-se, senhores deputados! E os senhores não têm capacidade, nem sequer a ousadia de o negar. E não têm a capacidade nem a ousadia de o negarem, porque por força dos investimentos realizados, por força do aumento da capacidade de recolha, por força da criação de novas frotas, por força do reajustamento dos circuitos existentes, a verdade é que

estes serviços, quer queiram, quer não queiram, está otimizado no quadro das condicionantes vigentes. Está otimizado.----------

--- E o facto de estar otimizado não significa que não haja melhores soluções. Está otimizado, está resolvido o assunto? Não, senhores deputados, se está otimizado é preciso saber, se há ou não melhores soluções? É preciso encontrar sempre as melhores soluções. ---

--- O que nós temos que fazer é prosseguir, nem mais nem menos. ----------

--- É isso que nos obriga a boa administração da coisa pública, coisa que muitos não sabem o que é!----------

--- O Executivo Municipal diz que sim. Diz que a contratualização externa é uma boa solução. ----------

--- E já agora, senhor deputado, Hugo Sampaio, o senhor disse o maior disparate nesta Câmara e não faz a mínima ideia do que disse! Privatização, continuação da tutela do serviço é privatização? Aonde senhor deputado? Aonde senhor deputado? Há porventura aqui alguma concessão? Há porventura aqui alguma criação de uma empresa municipal com capitais privados? Não, senhor deputado, não há! O senhor deputado não sabe o que diz! Desculpe dizer-lhe com toda a frontalidade, o senhor deputado não sabe o que diz! E, por isso, vai ter que ouvir pelas suas asneiras. Desculpe, senhor deputado, o senhor fez uma afirmação que é uma falsidade, e desculpe lá, é um disparate e é um absurdo! Não há privatização! O senhor não confunda prestação de serviços públicos, com contratualização de serviços públicos! ----------

--- E há ganhos, senhores deputados! Há ganhos do ponto de vista financeiro? Sim há ganhos do ponto de vista financeiro! ----------

--- Há ganhos que podem ser repercutidos nas taxas e nas tarifas a coberto? Sim, é verdade.-

--- O Município não perde a qualidade de entidade gestora! ----------

--- O Município não perde a capacidade de definir as tarifas!----------

--- O Município não perde a capacidade de adotar medidas de apoio social neste serviço! ---

--- O Município não larga a gestão pública, porque ela continua a ser pública, senhor deputado! ----------

--- Já agora, senhor deputado, Domingos Costa, os funcionários não vão ser despedidos! Sabe por que é que não vão ser despedidos? Porque o Tribunal Constitucional, o próprio,

aqueles que os senhores tanto aclamam, dizem claramente que os funcionários públicos não podem ser despedidos. E, por isso, senhor deputado, pergunto a V.a Ex.a, como é que o senhor tem a ousadia de afirmar que iam ser despedidos, ao que a lei o proíbe! Não vão, senhor deputado, não vão ser despedidos! ----------

--- É por esta via, também, que o Município, aliás obriga a que a recolha se faça exatamente, no mínimo, com a mesma qualidade que hoje se faz. ----------

--- O próprio Município continua a poder auditar os serviços. ----------

--- O próprio Município continua a emitir diretivas sobre a recolha e sobre o funcionamento do serviço. ----------

--- Os senhores Presidentes de Junta não precisam de ir à empresa, não precisam de ir ao conselho de administração, vão ao senhor vereador do ambiente que estará lá para resolver todas essas situações.----------

--- Esta não é uma solução inovadora! Foi testada em muitos outros municípios. ----------

--- Já agora, senhor deputado, Hugo Sampaio, negociata? Negociata, senhor deputado, só se for o senhor Joaquim Couto, de Santo Tirso, que optou agora por esta solução! Só se foi o senhor Alexandrino Mendes, de Oliveira do Hospital, que optou agora por esta solução! Só se foi o Presidente, Miranda Figueiredo, da Câmara Municipal de Seia, que optou agora por esta solução! Ou senhor deputado, o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o senhor Presidente Manuel Machado em Coimbra, que optou agora por esta solução! O senhor Presidente, Manuel Ribeiro - estou a falar tudo de Câmaras Socialistas – Valongo, que optou agora por esta solução!" ----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- "Esta é uma situação que vai alterar profundamente. O senhor deputado, Jorge Oliveira, pode dizer que não é já, e é verdade, pode não ser já, mas vai alterar profundamente num futuro próximo, toda uma série de situações que hoje estão protegidas no âmbito deste serviço, por ser um serviço extremamente importante de garantia para os munícipes. E, portanto, mais uma vez apelo a esta Assembleia, para que todos pensem o que é que com isto vão ganhar! Todos os que aqui estão e pensem nos seus cidadãos, nos seus familiares e no caso dos senhores Presidentes de Junta, que pensem naturalmente nos seus fregueses."

--- **VITOR PEREIRA (PS)** – disse: ----------

--- “Por uma questão de princípio, o Partido Socialista não tem absolutamente nada contra a cooperação entre entidades públicas e entidades privadas. Isso não tem qualquer problema, nós não temos qualquer complexo em relação a isso, quando há efetivamente ganhos de eficiência, de produtividade, de redução de custos nas mais diversas áreas. A questão é que a solução que nos é proposta aqui e nos termos em que é feita, vem viciada pelo facto de não ter sido amplamente discutido o quadro global de gestão de resíduos que temos no nosso município. Esta é uma solução de entre várias possíveis e impunha-se que se trouxesse a esta casa, uma discussão serena, inteligente como é apanágio desta casa, para percebermos o ponto da situação da gestão dos resíduos no nosso município, até que ponto e por onde é que poderíamos ter ganhos de eficiência no serviço atual, a formação dos nossos funcionários, novos equipamentos, melhoria da questão de cobrança, incentivos ao bom desempenho dos funcionários, boa gestão e boa fiscalização desses mesmos meios e tudo isso pecou. Nós necessitávamos de uma discussão ampla e de quem também pudesse estabelecer quais são os parâmetros a partir dos quais faz sentido discutir esta questão e, então sim, discutir entre nós, qual das modalidades, porque há várias, qual das modalidades é que se adaptava às nossas circunstâncias sociais, económicas e geográficas concretas e que abarcasse a questão, não só do transporte e do tratamento, mas também da reciclagem e dos assuntos conexos. De modo que por pecar nesse ponto, o Partido Socialista vê-se obrigado a não transigir. Para além da questão da transparência que é uma questão importante. Ao proceder desta maneira, damos azo a que lá fora possam suscitar-se dúvidas acerca da transparência deste tipo de processos, porventura infundadas, mas em todo o caso dúvidas por via deste procedimento.”

--- **HELDER PEREIRA (CDS-PP)** – disse: ----------

--- “A discussão que aqui hoje nos traz e a configuração do sentido de voto que esta proposta da Câmara aqui nos traz hoje, deverá passar pela análise de três fatores determinantes, e já aqui ouvi muito dizer-se, mas ainda não se falaram delas. ----------

--- O primeiro ponto diz respeito ao procedimento de contratação e que responderá a muitas das dúvidas que foram aqui colocadas pelo Partido Socialista e pelos demais partidos da oposição. ----------

--- Um segundo, o fator de carácter económico-financeiro. ----------

--- E um terceiro, e último, de carácter social.----------

--- Relativamente ao procedimento concursal proposto pela Câmara Municipal conclui-se que é aquele que maiores garantias dá aos famalicenses e ao próprio município enquanto órgão de gestão autárquica.----------

--- Como se sabe este tipo de concurso está vinculado, por força da transposição de diretivas comunitárias, aos princípios da concorrência, transparência, igualdade e imparcialidade.-----

--- Ora, este tipo de procedimento acautela não só a transparência e igualdade entre aqueles que concorrem, como também garante ao município a verificação da concorrência que contribuirá decisivamente para a obtenção de um melhor serviço a custos inferiores.----------

--- Por outro lado, temos exemplos de muitos outros municípios, que já foram aqui evidenciados pelo nosso colega, Jorge Oliveira, que adotaram este tipo de soluções, e para além de em todos eles se ter obtido o visto do Tribunal de Contas, a verdade é que tem dado muitos frutos no que à redução da despesa diz respeito. ----------

--- Assim sendo, e tendo em conta estes exemplos, concluímos que andou bem esta Câmara Municipal. ----------

--- Quanto ao referido fator económico-financeiro, que certamente é aquele que mais preocupa os famalicenses, é inequívoco que o município poupará com esta solução e que os famalicenses usufruirão de um melhor serviço. ----------

--- Isto porque, a Câmara Municipal já tornou público o custo que suporta com a de recolha dos resíduos sólidos. ----------

--- Assim, logicamente que os concorrentes terão de apresentar uma proposta abaixo desse valor, sendo certo que, fruto da natureza concorrencial deste tipo de concursos, é garantido que esse valor será reduzido consideravelmente.----------

--- Sucede ainda que, aliada a esta diminuição dos encargos do município, os famalicenses serão destinatários de um melhor serviço, e isso justifica-se pelas exigências que o caderno de encargos deste procedimento certamente imporá aos seus concorrentes. ----------

--- Como também é sabido a frota do município afeta a este serviço, bem como os meios humanos à disposição são escassos, e a melhoria destes implicaria um aumento do custo do serviço. ----------

--- Logo, com esta solução garante-se aos famalicenses um melhor serviço com menor custo para a sua autarquia.----------

--- Finalmente, e não menos importante, os famalicenses veem assim a porta aberta para que no futuro essa diminuição dos custos se possa repercutir no seu orçamento familiar, pois como já foi aqui dito, a fixação da taxa e o poder tributário neste tipo de contratos, continua na esfera da Câmara Municipal. ----------

---- E, por isso, conjugados todos estes pontos em análise, entendemos que esta é efetivamente uma solução que trará vantagens para Famalicão e para os famalicenses." ------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: --------

--- "Começarei por responder às questões colocadas pelo senhor deputado do Bloco de Esquerda: ----------

--- O serviço hoje tem um custo de 42 € a tonelada, e a estimativa de produção de toneladas de resíduos indiferenciados, anda na ordem de 43 mil toneladas/ano. ----------

--- Quanto à questão dos equipamentos, equipamentos atuais, serão adquiridos pela empresa que vier a vencer o procedimento em curso. Portanto a Câmara Municipal não ficará proprietária dos equipamentos de que não precisa, como é óbvio, depois de terminado este procedimento. ----------

--- Três ou quatro questões que aqui foram colocadas independentemente das questões legais, acho que os famalicenses precisam de garantias. A primeira é de que não há trabalhadores despedidos. Não, senhores deputados, não haverá nem um trabalhador despedido! E independentemente das questões legais, nas considerações, ou perceções judiciais, qualquer que seja o foro judicial, a Câmara Municipal não vai despedir um único funcionário que esteja nos seus quadros relativamente a esta matéria! Um único! É uma garantia que já dei publicamente e reforço perante esta Câmara que é a Assembleia Municipal. ----------

--- Segunda questão: os munícipes relacionam-se sempre com o município. Os munícipes não vão deixar de se relacionar com o município, para se relacionar com uma empresa qualquer que seja! É com a Câmara Municipal que eles vão continuar a tratar os seus assuntos, os seus problemas. Juridicamente o vínculo mantem-se entre o cidadão e o município! A única coisa que muda, é que quem executava esta tarefa que continua a ser municipal, é uma empresa que não é o município. O que muda é a execução da tarefa, não é a tarefa! Já aqui foi dito, e bem, algumas questões sobre a diferença entre concessões e

aquilo que aqui se discute! Que fique bem claro! Não há nenhuma função, o que há é entrega de um serviço a um terceiro para executar, à semelhança do que acontece em muitas áreas! Se os senhores deputados quiserem, escrutinar este município e outros, vejam em áreas desde a cultura à educação, quantos serviços públicos, sejam municipais, sejam estatais, são executados pelo setor particular, pelo setor social e por outros setores? E que eu saiba, a comunidade, nomeadamente os educandos, e podemos falar deles, não se sentem menos tratados, do que nuns serviços que são prestados pelo município, outros pelo estado e outros ainda pelo terceiro setor! E, portanto, eu acho que devemos retirar cargas semânticas a este processo. O que está a ser feito aqui, é o que é feito em muitos outros municípios. São mais de cinquenta os municípios, e a estes mais de cinquenta, temos de somar outros que têm empresas municipais, porque se há outros que não avançaram por esta solução, é porque têm empresas municipais, é bom não esquecer que em V. N. de Famalicão não há uma única empresa municipal! Outros serviços são prestados em iguais moldes, em muitos setores de governação autárquica! Desafio os senhores deputados a fazer essa verificação. E, portanto, o que está aqui em causa, é tão só nós podermos melhor servir os munícipes, mantendo padrões de qualidade na recolha, que está parametrizado, quer o caderno de encargos, quer o programa de procedimento, dão garantias sólidas de que o serviço vai continuar, no mínimo, a ter a excelência que hoje tem, a custos mais baixos, que é isso que eu acho que os munícipes merecem. “----------

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: ----------

--- “Senhor Presidente, eu agradeço as informações, agora eu gostaria que me explicasse como é que se consegue fazer omeletes sem ovos! Isto é, por que é que esse prestador de serviços há de ter um serviço mais barato do que o serviço prestado pela Câmara? Isto é, é exatamente a mesma tonelagem de lixo, provavelmente o mesmo número de pessoas, só pode resultar por aquilo que eu há pouco estava a dizer, a mão-de-obra irá ser sobreexplorada, é um problema de que o município não quer saber provavelmente, quer dizer, não é da sua afetação jurídica, é um problema do concessionário, mas a Câmara acaba por ser cúmplice nesta precarização constante do trabalho, das condições degradantes com que muitas vezes muitos desses serviços que hoje são prestados por serviços públicos e que serão prestados por privados,... Há pouco estava a falar do ensino, quer dizer, é sabido que o

ensino, primeiro tem a comparticipação da Administração Central, portanto não faz milagres, e depois tem essa questão também de sobreexplorar prestadores de serviços. Portanto, a Câmara acaba por vir a ser cúmplice com trabalhadores precários a limparem as ruas, a levantarem o lixo que nós produzimos, o que não é bom para a nossa consciência pelo menos."----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: --------

--- "Só um pequeno esclarecimento a esta última questão aqui trazida pelo senhor deputado do Bloco de Esquerda: a principal razão, chama-se eficiência, senhor deputado. Não há outra razão, chama-se eficiência. E eu dou-lhe um exemplo onde pode haver eficiência, gestão de frotas é um setor onde o domínio privado tem melhores condições do que o domínio público. Mas há mais!" ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, PELO PRAZO DE DEZ ANOS, NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DECORRENTE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, PELO PRAZO DE DEZ ANOS, NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E SETE VOTOS A FAVOR, DOZE CONTRA E DUAS ABSTENÇÕES.*** ----------

---

--- **DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE UM NOVO FUNDO NO VALOR DE 250.000€, SENDO QUE O VALOR DO MUNICÍPIO CORRESPONDERÁ A 50.000€, REFERENTE AOS 20% DO VALOR TOTAL NO ÂMBITO DE UM NOVO PROTOCOLO DO PROGRAMA FINICIA II, NOS TERMOS DA PROPOSTA ANEXA. (GRELHA E)* ----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. ----------

--- **RAQUEL PINTO (CDS-PP)** - disse:----------

--- "Os portugueses são um povo empreendedor, este facto é comprovado historicamente, desde a fundação do país até aos nossos dias, como demonstram as diferentes épocas da nossa história, em que o povo português se transcendeu e levou a cabo projetos pioneiros de empreendedorismo, desde a época dos descobrimentos, até aos nossos dias, o nosso povo continua a surpreender pelo seu empreendedorismo e pela sua iniciativa privada.----------

--- Esta iniciativa privada, revela-se todos os dias ao nível empresarial, através da criação de novas empresas, sendo um espelho do espirito empreendedor do nosso país. Portugal é aliás um dos países, no seio da UE a 28, que tem uma maior taxa de natalidade empresarial. ------

--- Famalicão é um exemplo, no que ao empreendedorismo diz respeito, e prova disso são os inúmeros prémios alcançados pelas empresas famalicenses. Espelha esta realidade o reconhecimento e expansão internacional, de vários projetos famalicenses, como um dos mais recentes prémios alcançado pela Meia Dúzia no Salón Gourmet. Este evento foi realizado no país vizinho em meados do mês de Março, e que foi o primeiro prémio internacional concedido por esta Feira de produtos Gourmet, onde estiveram a concurso mais de 30.000 produtos de todo o mundo. ----------

--- No entanto, o empreendedorismo não resulta apenas de uma boa ideia, quer seja para a criação de um novo negócio ou para abraçar um novo projeto dentro de uma empresa já existente. Existem barreiras muito sérias e objetivas relativamente ao desenvolvimento das boas ideias, nomeadamente de ordem financeira e técnica. Por outro lado, a audácia, a inovação e a disponibilidade para abraçar novos desafios, é uma característica da juventude, mas também é esta que tem naturalmente maiores dificuldades na obtenção das condições necessárias ao desenvolvimento dos seus projetos. ----------

--- Consciente deste facto, e considerando os bons resultados alcançados no passado, a Câmara Municipal pretende aderir ao novo Protocolo Famalicão FINICIA II de forma a capacitar as boas ideias da possibilidade de acederem a um programa com soluções de financiamento e de assistência técnica, capacitando os projetos quer de recursos financeiros quer de competências técnicas. ----------

--- Para tal as candidaturas efetuadas ao programa serão alvo de uma cuidada e rigorosa avaliação para que, e desta forma, seja aplicado o princípio da eficácia e eficiência exigido à aplicação dos dinheiros públicos." ----------

--- **PAULA DOURADO (PSD)** – disse:----------

--- "Tal como o senhor Presidente já referiu há pouco, o FINICIA já não é novidade. O FINICIA já vem desde 2009. O FINICIA foi criado em 2009, no âmbito de uma parceria, de acordo com uma legislação nacional que está em vigor, portanto há outros municípios que também o desenvolvem. Foi reforçado em 2011 e está agora a ser novamente reconstituído, reatualizado. ----------

--- A nós parece-nos que a grande vantagem do programa FINICIA, resulta, de facto, de ser um programa de apoio à criação de emprego, um programa de apoio ao empreendedorismo, à criação de riqueza, e essencialmente um programa que visa aproximar a Câmara Municipal, a autarquia local, do desenvolvimento económico. De facto, através do programa FINICIA, a Câmara Municipal dá um sinal aos empreendedores, dá um sinal aos famalicenses, de que está com eles na promoção do desenvolvimento económico.----------

--- No que diz respeito a este alargamento do programa, parece-nos aqui ser de destaque, a questão do financiamento que neste momento é mais vantajoso para os empreendedores, uma vez que o *spread* que era antes de 5,25%, com a alteração da entidade financiadora, com a alteração da passagem do BES para a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, significou uma redução do *spread* de 5,25% para 2,5%, o que me parece que não é despiciente e é de facto uma grande vantagem para os empreendedores.----------

--- Deste modo, de facto, parece-me que o FINICIA é um programa que deve ser apoiado e merece o nosso elogio. "----------

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:----------

--- "Eu não resisto a uma pequena pergunta à primeira senhora deputada que falou aqui, que graças a este projeto, permitiu uma grande taxa de natalidade de empresas. Acho que foi essa a expressão! Eu gostava de perguntar a nível da europa 28, se tem consciente e sabe qual é a taxa de mortalidade das empresas em Portugal?" ----------

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** – disse:----------

--- "É só uma questão de prática e técnica que é: em termos líquidos, Portugal no último trimestre, foi um dos países da União Europeia, onde se criaram mais empresas, já liquidas daquelas que entretanto encerraram. Estes são dados disponibilizados, pelo menos já no último trimestre." ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE UM NOVO FUNDO NO VALOR DE 250.000€, SENDO QUE O VALOR DO MUNICÍPIO CORRESPONDERÁ A 50.000€, REFERENTE AOS 20% DO VALOR TOTAL NO ÂMBITO DE UM NOVO PROTOCOLO DO PROGRAMA FINICIA II, NOS TERMOS DA PROPOSTA ANEXA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.***----------

---

--- **DÉCIMO SEGUNDO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 22º, DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO E A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL COM TRANSPORTES ESCOLARES, ATÉ AO MONTANTE DE 1.841.901,60€, NOS TERMOS DA PROPOSTA ANEXA. (GRELHA E)* ----------

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: ----------

--- "Pede-nos a Câmara Municipal, para autorizar a abertura do procedimento de concurso público, com publicação internacional, nos termos do art.º tal, do código dos contratos públicos, tendo em vista a contratação do serviço de transportes escolares, em circuitos especiais, para o ano letivo 2014/2015.----------

--- Eu estou particularmente curioso em saber como é que o Partido Socialista vai votar esta contratualização externa, que é nem mais, nem menos, aquela que eles há bocadinho reprovaram."----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 22º, DO***

DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO E A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL COM TRANSPORTES ESCOLARES, ATÉ AO MONTANTE DE 1.841.901,60€, NOS TERMOS DA PROPOSTA ANEXA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.----------

--- **PAULO COSTA (BE)** – fez a seguinte declaração de voto:----------

--- "Votei favoravelmente, porque realmente as crianças e o lixo não são dois universos que se possam comparar, mas pronto." ----------

---

--- **DÉCIMO TERCEIRO PONTO**- *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PELO PRAZO DE UM ANO PARA O PASSE SÈNIOR, NOS TERMOS DA PROPOSTA ANEXA. (GRELHA E)*----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- "Senhor Presidente, é só para referir o seguinte: chegou-nos à mão na verdade este ponto da ordem de trabalhos, e no que diz respeito ao assunto aqui em questão, diz-se aqui programa de procedimento e caderno de encargos que se anexa. Nós não recebemos qualquer caderno de encargos! Gostaríamos de saber o que é feito dele, porque sem ele não estamos habilitados a votar favoravelmente." ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PELO PRAZO DE UM ANO PARA O PASSE SÈNIOR, NOS TERMOS DA PROPOSTA ANEXA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E UM CONTRA.*** ----------

---

--- **DÉCIMO QUARTO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, A PRETENSÃO DA REQUERENTE, DE CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A INDÚSTRIA, SITO NO LUGAR DE SERRADELA OU SENRADELA, DA*

FREGUESIA DE CRUZ, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA R), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NO ARTIGO 25º DO DECRETO-LEI Nº 73/2009, DE 31 DE MARÇO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) ----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- "A nós, o que nos choca, é de facto esta moda agora e na verdade começamos a pensar, ou a interrogarmo-nos para que é que serve um Plano Diretor Municipal, na medida em que qualquer dia estamos com alguns problemas de coerência no que diz respeito a este mesmo plano. Contudo, neste caso concreto, esta proposta, no seguimento de uma outra que já foi aqui feita e que foi autorizada, e que lamentavelmente um dos donos da então proposta da ampliação das suas instalações, enfim, por aquilo que sabemos publicamente, referiu, afirmou mais tarde, depois desta Assembleia ter votado favoravelmente e nós também o fizemos, lamentavelmente viemos a saber que afinal de contas essa mesma ampliação foi feita para investimento. Mas isso não quer dizer emprego, diz ele, não quer dizer aumento de emprego! Ao contrário temos aqui assim uma outra situação que é referido de virmos a constatar que esta empresa pretende instalar-se neste local e garante cerca de vinte e cinco postos de trabalho. Por isso e só por isso, vamos votar a favor, mas gostaríamos de ter a garantia de que tal viesse a acontecer. ----------

--- Em reserva ficam algumas questões que são: em que medida é que podemos ficar também com a garantia de que o índice de poluição, naquele local, não vai ser afetado? Que os lençóis freáticos, por exemplo, das águas, não vão ficar afetados, que a própria poluição ambiental vai ser controlada? São estas questões, que nós ao votar favoravelmente, fazemo-lo de forma condicionada. E, já agora, quando se refere o número de postos de trabalho, cremos que não se trata de uma empresa que vem dum sítio e vem-se instalar para outro sítio, ou seja, esperemos que não se trate de uma transferência de postos de trabalho de um local para o outro!" ----------

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: ----------

--- "Senhor deputado, desculpe lá, mas quer dizer, a manutenção de postos de trabalho, não é só a criação de postos de trabalho que conta! A manutenção de postos de trabalho, o termos sido produtivo aqui no concelho, isso também conta e é importante! Não é só o criar

postos de trabalho, senhor deputado! Portanto, nós não nos podemos prender só a isso! Há coisas tão importantes como essa! E nós devemos ter isto sempre em conta, e a Câmara deve ter isso sempre em conta na gestão do território e na gestão do património produtivo que tem!”----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** - disse:----------

--- “ Senhor deputado, eu não lhe posso retirar toda a razão! Mas temos que considerar que se trata aqui de uma autorização para construção de uma unidade num local que é reservado pelo próprio PDM! Não se trata de uma ampliação ou de uma construção qualquer! Como disse no início, temos que respeitar aquilo que está delineado! Se veio para aqui uma proposta para pedir autorização, é porque ela não pode seguir em frente sem essa mesma autorização! E, só excecionalmente é que se dá autorização! Essa exceção, neste caso concreto, é porque se pretende, enfim, criar postos de trabalho, se pretende investir! É nesta base, que nós estamos dispostos a alterar uma parte da zona, cujo destino era reservado para o PDM! De outra forma não faz sentido! Às tantas, se a moda pega, qualquer um vem para a Câmara pedir autorização para construir seja o que for em qualquer circunstância! A Câmara naturalmente acolhe a proposta, se ela merecer credibilidade, como pelos vistos é aqui o caso, de que vai criar postos de trabalho e que nós estamos plenamente de acordo. Mas também estamos de acordo que se acautelem outras questões! Neste caso, por exemplo, as questões que têm a ver com o ambiente, que aquela indústria não venha a interferir naquela zona, por forma a termos ali um problema de lençóis freáticos que venham a ser afetados, porque esta indústria, como nós sabemos, tem que obrigatoriamente acautelar algumas dessas condicionantes.”----------

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: ----------

--- “Senhor deputado, eu não lhe vou explicar aqui os procedimentos no âmbito do urbanismo, não é o local e julgo que os senhores deputados não estão interessados nisso. No entanto, posso-lhe garantir, de que os estudos urbanísticos são evolutivos e, por isso é que, de dez em dez anos, os Planos Diretores Municipais têm a obrigatoriedade de serem revistos. Se houvesse um imobilismo em termos de urbanismo, não havia esta obrigação de os Planos Diretores Municipais serem revistos! O território quando é analisado no seu zonamento e no seu ordenamento, é analisado tendo em consideração condicionantes

mutáveis, e todas estas situações que nos vão aparecendo durante os dez anos de vigência de um PDM, são situações particulares e tem que ser analisados ponto a ponto. E para isso é que a Câmara tem o mandato que tem, esta e qualquer outra, de fazer a gestão territorial. Quando há implicações dessa gestão territorial com instrumentos urbanísticos, tais como a reserva agrícola nacional, ou a reserva ecológica nacional, ou qualquer outro plano de ordenamento de território superior, obviamente que há necessidade de uma autorização para esse efeito, e é necessário que haja um entendimento mais alargado, relativamente à necessidade ou não de se fazer esse tipo de intervenção. Chegam a esta Assembleia todas essas intervenções que a Câmara acha tecnicamente de serem plausíveis e não outras. Por isso, o que nós estamos aqui a analisar, não é tecnicamente essa situação, pois esta situação já foi analisada por quem de direito, Câmara, serviços técnicos, estamos a analisar aqui a alteração de um plano, que neste caso é da reserva agrícola nacional, mediante um problema concreto que nos foi posto por uma entidade famalicense. Foi nesse sentido que eu defendi e continuo a defender que esta situação deve ser atendida pela Assembleia Municipal." --------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, A PRETENSÃO DA REQUERENTE, DE CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A INDÚSTRIA, SITO NO LUGAR DE SERRADELA OU SENRADELA, DA FREGUESIA DE CRUZ, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA R), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NO ARTIGO 25º DO DECRETO-LEI Nº 73/2009, DE 31 DE MARÇO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.*** ----------

---

--- **DÉCIMO QUINTO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS FREGUESIAS, EM CONFORMIDADE COM O PRECEITUADO NA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)* ----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS FREGUESIAS, EM CONFORMIDADE COM O PRECEITUADO NA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.*** ----------

---

--- **DÉCIMO SEXTO PONTO** - *EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 617/XII/3ª (ALTERAÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS ENTRE AS FREGUESIAS DE RIBEIRÃO E LOUSADO, NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO), NOS TERMOS DO ARTIGO 249º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. (GRELHA E)* ----------

--- **GERMANO ARAÚJO (PSD)** - disse:----------

--- "Estamos aqui numa situação em que na minha opinião é uma situação atípica, ou seja, o normal seria termos duas freguesias com um processo em tribunal a discutir os seus limites territoriais. ----------

--- Este documento que nos é apresentado, para emitir um parecer, resulta do entendimento entre duas Assembleias de Freguesia. ----------

--- Queria aqui realçar o papel dos senhores Presidentes de Junta, que souberam analisar a situação de forma a chegar a um consenso, em que ambas as freguesias se sentem satisfeitas evitando embaraços burocráticos, quer no presente, quer no futuro. ----------

--- Este é um exemplo que outros Presidentes de Junta deveriam seguir, evitando que estas situações cheguem aos Tribunais e que se arrastem por muitos e muitos anos.----------

--- Este ponto, penso que não merecerá qualquer tipo de objeção, pelo menos da nossa parte, uma vez que no documento apresentado, está expressa a vontade das populações envolvidas e foi votado e aprovado na Assembleia de cada uma das Freguesias.----------

--- Aproveitando o facto dos Presidentes de Junta de Ribeirão e Lousado, estarem aqui presentes, felicito-os pelo entendimento conseguido, e que esta situação sirva de exemplo

para o fomento e sinergias entre freguesias que, desta forma, só as populações têm a ganhar.” ----------

--- **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LOUSADO (MANUEL MARTINS)** - disse: ----------

--- “Conforme foi dito aqui pelo senhor deputado, este é um bom exemplo. Nós também já tivemos um exemplo contrário a este, que foi ir para Tribunal do qual o resultado foi que, dito pelo Tribunal Administrativo, que o que conta são os limites, o que está em vigor é a linha do IGT, não é o entendimento das Freguesias, não é, que nestes casos vão para resolver este problema, e este é de facto, digamos um acordo que veio beneficiar e veio pôr fim, também, a um litigio entre Ribeirão e Lousado. ----------

--- Nós também não temos, nem tínhamos só este problema, temos mais, aquele que eu falei há pouco, que neste caso agora União de Freguesias de Cabeçudos e Esmeriz, mas na Freguesia de Cabeçudos, espero que o senhor Presidente da União que também já temos vindo a conversar, que acabe por ceder a um acordo com a Junta para se resolver este problema. E temos um, que eu faço um apelo ao senhor Presidente de Câmara, é um entendimento da Junta de Freguesia de Lousado, que é o limite de concelhos. Portanto, é com a Trofa, existe uma rua que está em muito mau estado, que serve de escape, digamos, aos que vão atravessar a Trofa, portanto, muita gente foge e quer ir por esse caminho, e há ali um problema, também, que quando foram feitos os limites de freguesia, e no nosso entender que deve ser ou pelos rios, ou pelas estradas as linhas de delimites, devia ser esse o método de quem definiu isto devia utilizar, eu peço ao senhor Presidente da Câmara, que também é nosso entendimento que deve ser nos limites do concelho, embora também tenha que ir às Freguesias, portanto, é limite de concelho, e sendo limite de concelho que seja a Câmara Municipal a resolver este problema. De facto, acho que se alguém, e há muitos problemas destes limites de freguesias, que optem por esta solução que através de algo se consegue este resultado.” ----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- “Naturalmente que nós iremos votar a favor, tendo exatamente em conta aquilo que foi aqui não só referido pelos senhores Presidentes de Junta que abordaram a questão de ambos com o seu diálogo, portanto ter encontrado a solução para este problema, como também o

facto de ter chegado às nossas mãos uma minuta, uma fotocópia, digamos assim, da realização das respetivas Assembleias de Freguesia que, portanto, anuíram, concordaram com esta alteração, Sendo certo que apesar de nestas atas ser um pouco vaga a questão, mas fazendo fé no que lá está escrito, iremos votar a favor.” ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 617/XII/3ª (ALTERAÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS ENTRE AS FREGUESIAS DE RIBEIRÃO E LOUSADO, NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO), NOS TERMOS DO ARTIGO 249º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.*** ----------

---

--- **DÉCIMO SÉTIMO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO, PROPOSTA DE REVISÃO DO REGIMENTO E PROPOSTAS ANEXAS, APRESENTADAS PELA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. (GRELHA D)* ----------

--- **RITA CRUZ (PSD)** – apresentou o documento. ----------

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:----------

--- “Antes de mais, reconhecer realmente que esta comissão funcionou bem. Em nome do Partido Socialista e enquanto membro, também, agradecer o empenho e a colaboração de todos os membros da comissão que realmente houve um espírito de produzir consensos que foi benéfico. ----------

--- Uma palavra ao senhor Presidente que permitiu e teve um empenho bastante caloroso, bastante cooperante que permitiu que fosse criado esse clima. ----------

--- Já agora um aparte, gosto muito mais da sua postura do que gostei há bocado. Nós começamos a ter um certo cuidado, um certo perigo, por causa da sua saúde, quando vem cá exaltar-se. Tenha calma senhor deputado, tenha calma! ----------

--- Ora bem, esta comissão tinha obrigatoriamente, por causa da nova lei 75/2013, que ajustar o regimento desta Assembleia Municipal. No entanto, o Partido Socialista entendia que para além da adaptação à lei, era a oportunidade de colmatar algumas lacunas e bastantes, que existiam no regimento. E se de certa forma muitas delas foram colmatadas, com especial relevo para a questão da intervenção do público em que foi flexibilizado o seu

período de inscrição para a sua intervenção, também a nível das comissões foram feitas grandes melhorias que entendemos que venham a produzir e vão trazer bons resultados e bastante positivos, e também realçar o aumento do tempo destinado específico aos Presidentes de Junta para a sua intervenção. ----------

--- Há no entanto outras intervenções, e temos pena que não tenha sido possível realizar nesta altura, como a questão do tempo deixar de contar na altura das declarações de voto e na leitura das moções. Esperamos, no entanto, que no futuro possa ser colmatada esta lacuna.----------

--- De uma forma geral, o Partido Socialista tem a certeza que este regimento que vai ser votado hoje, que é proposto, é melhor regimento do que aquele que está em vigor e, como tal, irá merecer o nosso voto favorável. Ficamos com a esperança e temos a esperança, que no futuro possam a vir a ser colmatas as lacunas que ele no entanto ainda possui." ----------

--- **ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – disse: ----------

--- "Não queria estar a repetir, mas gostaria de salientar de facto o excelente trabalho do Presidente da comissão do Regimento, da senhora relatora e de todos os membros que compuseram a comissão. ----------

--- De facto, a ideia que resultou destas 14 reuniões, embora com as divergências naturais perante um regimento desta natureza, foi que houve um espírito de colaboração no sentido, não só de adaptar o regimento à nova legislação, mas essencialmente de o dotar de mecanismos para que torne esta Assembleia mais eficaz e assim mais defensora dos interesses dos famalicenses. ----------

--- Não gostaria, porém, de esquecer algo que aqui já foi referido: de facto houve propostas que nós aceitamos, houve propostas que rejeitamos, mas essencialmente não conseguimos deixar de fazer frisar, e aqui tenho que falar diretamente ao senhor Presidente da Assembleia, aquilo que é algo que nos orgulha a todos, grupo municipal do PSD e do CDS-PP, ou seja, se hoje estamos todos aqui a falar em pé de igualdade, todos com igual tempo, tudo se deve a uma maioria que nessa altura quis impor o princípio da paridade. Essa de facto, foi a maior vitória desta casa e deste plenário. ----------

--- Quanto ao restante, a questão da intervenção do público, a questão da contagem de tempo dos períodos de Antes da Ordem do Dia, são questões que para nós tivemos em

atenção, tivemos o cuidado de as analisar, mas entendemos, também, que num plenário desta natureza, nós todos, cada um dos deputados, tem uma especial responsabilidade, representa quem o elegeu e, portanto, a primazia tem que ser dada aos senhores deputados, tendo naturalmente o público o seu local próprio para intervenção. Mas tudo é obviamente segundo regras específicas.----------

--- Queria frisar também, porque já foi frisado, que de facto, nós sendo maioria, fizemos um regimento não a pensar só neste mandato, mas nos futuros mandatos. E fizemo-lo no sentido de dignificar a Assembleia, dignificar a discussão, dignificar os senhores deputados, a Mesa e todos os participantes e assim dignificar Famalicão."----------

--- DOMINGOS COSTA (CDU) – disse: ----------

--- "Nós também pensamos que o desenrolar dos trabalhos desta comissão, foi algo que merece-nos naturalmente o apoio, porque foi muito positivo esta construção, digamos assim deste regimento interno que é o regimento da Assembleia Municipal. Duma forma geral estivemos de acordo com as propostas que foram colocadas, sendo certo que nos mereceram reservas e nós, desde já vamos referir que nos vamos abster, porque achamos que há aqui dois pontos, mas particularmente um, que achávamos que seria de colocar os partidos com menos representação nesta Assembleia, numa situação um pouco mais confortável e, no caso concreto, era, certamente vão compreender, e na sequência daquilo que o regimento consagra e volta a consagrar, que é no que diz respeito ao tempo, a paridade para todos igual, achávamos que no que diz respeito à possibilidade dos partidos com menos representação, virem a ter um relator ou Presidente de uma comissão, era também de importância democrática e, portanto, como tal, a nosso ver, está consagrado, mas apenas numa situação muito longínqua, esse é um dos aspetos que nos merece, a nosso ver, é antidemocrático e criticável por nós. ----------

--- Por outro lado, quanto à questão que nos traz também aqui e a mais importante, é naturalmente a intervenção do público. É verdade, que já há aqui uma alteração significativa no que diz respeito à possibilidade de o público intervir precisamente numa altura em que por um lado no que diz respeito ao seu horário muitas vezes de trabalho, de sair às dez da noite, ter esta ainda possibilidade de vir aqui à Assembleia assistir aos trabalhos e intervir, quando na situação anterior, nesta situação que ainda está em vigor, nada disso acontece,

porque os obriga a estar aqui logo no início dos trabalhos a se inscreverem para intervir na parte final. E, a proposta que está aqui consagrada, é de que o público o possa fazer no final dos trabalhos, sendo certo que ter-se-á que inscrever no último ponto da ordem de trabalhos. A nosso ver, este aspeto peca exatamente pela obrigatoriedade que se coloca aqui neste regimento de o mesmo público ter que se inscrever antecipadamente, no último ponto da ordem de trabalhos, quando, a nosso ver, e é exemplo de muitas Assembleias Municipais, o público quando se lhes é dada a palavra, ou quando se lhe é dada a primazia de poder intervir, levanta o braço e aproxima-se para intervir e nessa altura é que a pessoa se identifica como tal. Portanto, uma vez mais friso e é pena, como já foi dito aqui, até por mim, já houve alguns casos nesta Assembleia e na qual eu ainda não participava, mas em que o público ao intervir, fazia com que afugentasse um ou outro membro do executivo, e isso nós achamos que é extremamente negativo. E é por isso que pensamos que a forma de ultrapassar isto, era o público pedir a palavra e não se inscrever previamente e, isso sim, aconteceria quando do Presidente da Assembleia lhe desse a palavra. Daí o nosso voto de abstenção. Como tal, vou entregar ao senhor Presidente da Mesa uma declaração de voto que passo a ler:----------

--- A CDU abstêm-se na votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão por entender ser mais democrático que as forças políticas menos representadas na Assembleia Municipal tivessem igualmente oportunidade de ver consagrada a sua posição para exercício de um dos cargos (Presidente ou Relator) das comissões constituídas nos termos do novo artigo 27. ----------

--- Também nos parece que a intervenção do público não deveria carecer de pré-inscrição, possibilitando ao munícipe optar por apenas se inscrever no momento em que pretende intervir, por razões da sua própria estratégia, designadamente para evitar que o membro da Câmara Municipal visado, possa ausentar-se antecipadamente.” ----------

--- **PAULO COSTA (BE)** - disse: ----------

--- “Eu só queria fazer uma pequena ressalva, que deveria ter feito antes. ----------

--- Aqui no relatório, nas deliberações de votação final, o registo não está correto. Quer dizer, o regimento foi aprovado com duas abstenções e não por unanimidade. Uma delas foi

da CDU e a outra foi do Bloco de Esquerda. Se bem se recordam, assim foi. O relatório, etc., foi aprovado por unanimidade, a versão do regimento teve estas duas abstenções. ------

--- O Bloco de Esquerda começaria por saudar o trabalho desta Comissão e, sem querer raiar um qualquer autoelogio, não podemos deixar de realçar o empenho de todos os membros para que as muitas horas dos trabalhos se tornassem proveitosas e, apesar das matérias, por vezes prazenteiras.----------

--- Entendemos que do trabalho desta Comissão resulta, por sua vez, uma melhor regulamentação dos trabalhos da Assembleia Municipal, umas porque impostas por alterações de leis da República, outras porque ditadas pelo acumular de experiência e visam um constante afinar desta ferramenta que organiza o desempenho dos deputados municipais.

--- Esta satisfação que ora expressamos estende-se ainda às recomendações que, extrapolando a estrita normatividade, deixamos à Assembleia de que venha a implementar, num horizonte próximo, a possibilidade de introduzir nas suas sessões a interpretação de língua gestual portuguesa, uma vez que os cidadãos surdos se encontram ainda inevitavelmente afastados deste exercício de cidadania. ----------

--- Assim como a recomendação de proceder à difusão audiovisual das sessões, contribuindo igualmente para uma maior aproximação com os cidadãos, na senda até de uma promessa do então candidato e hoje Presidente da Assembleia Municipal, por alturas da última campanha eleitoral autárquica.----------

--- E medidas estas, na senda de uma democracia mais inclusiva e participativa, que não acartarão um significativo acréscimo de custos para o erário público. ----------

--- E é em nome dessa democracia em construção, que o Bloco de Esquerda propôs uma alteração ao ainda artigo 46.º, relativo ao período destinado à intervenção do público, em que este passaria a constar do início de cada sessão, e assim passaria a integrar o artigo 44.º, com isto visando valorizar e incentivar a participação dos famalicenses na vida pública através do órgão emblemático da democracia local que é a Assembleia Municipal, permitindo-se assim uma maior aproximação entre cidadãos e eleitos e incorporando um princípio essencial do que deve ser uma democracia participativa, o que mereceu, mais uma vez, a rejeição por parte da coligação PSD/PP.----------

--- E não deixa de ser nossa convicção que tal recusa visa afastar - senão dolosamente, pelo menos negligentemente - os munícipes da intervenção cívica, agravada por uma anterior alteração ao artigo em causa, aprovada pela mesma maioria, em que se exigia ao cidadão que fizesse a sua inscrição antes da ordem do dia, agora amaciada até ao início da discussão do último ponto dessa ordem, mas tendo ainda que mencionar o assunto a tratar, e que vem resultando na crescente ausência de intervenções por parte do público. ----------

--- Porque encaramos como essencial a abertura dos órgãos autárquicos aos cidadãos, promovendo e incentivando a participação das populações no governo da coisa pública, daqui resulta que, e apesar de o BE concordar com a generalidade do documento em questão e até com muitas das alterações agora introduzidas, não pode o grupo municipal do BE deixar de condenar esta recusa da alteração do referido articulado, o qual vai afinal no sentido exatamente oposto ao que preconizamos, num aspeto que reputamos de fundamental.” ----------

--- **NUNO MELO (CDS-PP)** – disse:----------

--- “Queria dizer ao senhor deputado do Bloco de Esquerda que tenho imenso gosto que se inspire em promessas minhas em tempos eleitorais para uma proposta de resolução no que tem que ver com meios audiovisuais. Só lhe recordava que este mandato leva um ano e nestes tempos de presidência, pelo menos enquanto eu estou ali, eu recordo um momento em que a Assembleia Municipal reunia num quarto, dividido por uma estante ali no centro comercial. E, desde esse tempo até hoje, com sinal máximo nesta sala de sessões e nas novas instalações da Assembleia Municipal nos Paços do Concelho, houve um longo caminho, mas houve principalmente um imenso resultado e, portanto, o senhor deputado certamente olhando para mim verá que normalmente o que eu prometo, cumpro. Nunca prometi nada que não pudesse naquilo que depender de mim. ----------

--- Também isto, devo dizer-lhe que vejo com muito agrado esta proposta de recomendação, recordo apenas os tempos que vivemos, e ainda bem que a proposta é de recomendação, porque os meios de acompanhamento de linguagem gestual, como sabem, são muito caros! De resto o senhor deputado, Jorge Paulo Oliveira é deputado da Assembleia da República e sabe que as transmissões audiovisuais na Assembleia da República são acompanhadas de linguagem gestual, basta perceber quanto é que custa cada uma daquelas senhoras que com

muita competência fazem o seu trabalho. Nós, infelizmente temos orçamentos reduzidos e vivemos tempos de crise e tentamos sinaliza-lo todos os dias também na Assembleia Municipal. E, por isso, enfim, levarei à conta esta recomendação no que aqui se diz de sempre que possível adequado e justificado. Será bom então que os senhores deputados talvez em próximas reuniões, também queiram regulamentar o que é que é possível adequado e justificado e eu depois tratarei de ver se tem cabimento orçamental. ----------

--- No que tem que ver com comunicação *online*, como sabem é de facto uma proposta nossa, já fiz várias sugestões, uma de transmissão no *site* da autarquia, mas a minha ideia é conseguir essa transmissão com um menor custo e esse é um dado a assinalar. ----------

--- Eu permitia-me também fazer uma recomendação para tempos futuros, sejamos nós membros da Mesa ou não, e é esta: como sabem, quem aplica todos os dias o regimento ou pelo menos cada vez que há uma sessão é a Mesa, certamente que os membros da Mesa tem uma perceção das dificuldades, ou das incertezas, ou das falhas do regimento, que um senhor deputado municipal ou um senhor Presidente da Junta normalmente não têm, porque não são os destinatários dessa interpretação. Uma sugestão que eu faria de futuro, não em relação a mim, mas em relação a qualquer Presidente da Assembleia Municipal, é de que porventura lhes ocorresse pedirem talvez um parecer antes dos trabalhos da Comissão de Revisão do Regimento, à Mesa, para que a Mesa sem nenhum caracter vinculativo, possa dar indicação daquelas que foram as suas falhas, ou as falhas assinaladas, ou os problemas com o regimento ao longo de toda uma legislatura, porque como calculam, a Mesa é muito zelosa das suas funções, mas tem pruridos em interferir no trabalho de deputados, que para além do mais exercem as suas funções nos termos regimentais. Eu devo dizer que nesta legislatura tive oportunidade de enviar algumas notas por entreposta pessoa duma forma completamente informal, passo a expressão, que sei terá sido tido em conta em algumas das disposições, mas caso francamente sentido, os senhores deputados não se sentirão diminuídos por pedir opinião à Mesa, a Mesa certamente terá todo o gosto em colaborar e terá uma razão de ciência que sente também na prática da aplicação do regimento, que os membros da comissão muitas vezes não têm. Por isso, deixava também isso como contrapartida à laia de recomendação e quanto à aplicação deste regimento, espero bem, tenho a certeza, nos beneficiará a todos. Parabéns aos senhores deputados que participaram

nos trabalhos também pelas palavras recíprocas de elogio que ficam sempre bem e faz adivinhar bons trabalhos pelo menos no que tem que ver com esta matéria processual." -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: ----------

---"Eu só gostaria de afinar essa questão da língua gestual. Eu penso que num procedimento relativamente simples através de edital, a própria Assembleia Municipal publicita que no caso de ser suscitado por algum dos cidadãos com essa necessidade, se encarregará de ter um intérprete de língua gestual. Portanto, publicita essa possibilidade, se houver cidadãos nessa circunstância que o requeiram, a Assembleia Municipal irá tentar, pelo menos, dispor desse elemento, isso quanto à questão da língua gestual."----------

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: ----------

--- "Nós requeremos essa sugestão, mas francamente o que eu acho que fará mais sentido, é uma eventual regulamentação, como é normal, das circunstâncias em que se aplicará esta recomendação, que é para não haver nenhuma dúvida, nem uma acusação de arbitrariedade. A minha questão é só cabimento orçamental e, assim sendo, os senhores deputados certamente compreenderão."----------

--- ***POSTO À VOTAÇÃO* O *RELATÓRIO, PROPOSTA DE REVISÃO DO REGIMENTO E PROPOSTAS ANEXAS, APRESENTADAS PELA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, FORAM OS MESMOS APROVADOS, POR UNANIMIDADE.*** ----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** - disse:----------

--- "É para esclarecer o seguinte: eu declarei aqui que iria abster-me relativamente ao regimento que estava aqui em cima da Mesa para ser votado. Quanto ao relatório apresentado pela Dra. Rita, naturalmente que voto a favor. Mas em relação ao Regimento quero-me abster, como aliás declarei antecipadamente na devida altura. Portanto, o que eu propunha, é que se votasse em separado, dado que eu não sou obrigado a votar igualmente num caso e noutro." ----------

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: ----------

--- Eu peço aos senhores deputados que estejam atentos de cada vez que eu ponho qualquer coisa à votação. Eu disse, vamos votar o relatório, proposta de revisão do regimento e

propostas anexas, foi isto que pus à votação. Não houve nenhuma interpelação à Mesa contra, votou-se. ----------

--- Para anular esta votação, tem de haver unanimidade. Se todos os senhores deputados, se nenhum se opuser, eu porei à votação em separado como sugerido. Se houver oposição não posso!----------

--- Há algum senhor deputado ou senhor Presidente de Junta que se opõe? Há vários senhores Presidentes de Junta que se opõem, portanto está votado. Mas mesmo assim, está a declaração de voto que expressa e ilustra a posição da CDU." ----------

---

--- **DÉCIMO OITAVO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À EDUCAÇÃO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA D)*----------

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** - apresentou o documento: ----------

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: ----------

--- "Vou referir antes de mais um reparo. Achamos que este tipo de documentos deve merecer uma maior atenção por parte dos eleitos e, como é do conhecimento, chegou-nos à mão muito em cima da hora, ou com tempo reduzido para ser devidamente estudado, mas sempre será de se dizer, que se infere do mesmo a concertação de que há o reconhecimento por parte desta Câmara, duma grande necessidade de apoio no que diz respeito a vários aspetos relacionados com os transportes, o ensino, com as bolsas de estudo, com carências das famílias e, tudo isto vem de facto na sequência, é um reconhecimento implícito daquilo que tem sido timbre deste Governo, que de facto cria enormes problemas às famílias, coloca-os de tal forma em situações de debilidade, que não restam dúvidas que a Câmara não tem naturalmente outro remédio que não seja efetivamente a correr desta e doutras formas no sentido de evitar o agravamento de mais problemas económicos para quem quer estudar, para as famílias que têm filhos a estudar. Portanto, mais uma vez queremos dizer que tudo isto é sem dúvida nenhuma, o resultado de uma política de empobrecimento e desemprego, que estes últimos governos, mas particularmente este governo, tem vindo a ser

vezeiro no que diz respeito a várias situações que são conhecidas neste país, desde que ele tomou funções até ao presente momento com os cortes salariais, etc., etc..” ----------

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À EDUCAÇÃO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.*** ----------

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: ----------

----------**DEPOIS DA ORDEM DO DIA** ----------

--- Para este período não houve inscrições por parte do público. ----------

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** - solicitou a aprovação em minuta de ata todas as deliberações ali tomadas. ----------

--- ***Posta à votação tal proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade***. ----------

--- Nada mais havendo a tratar foi dada a reunião como encerrada à uma hora e quatro minutos do dia seguinte. ----------

---------- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** ----------

_____

----------**O SECRETÁRIO** ----------

_____

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: ----------

--- Registo de Presenças; ----------

--- Documentos referentes aos pontos: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete e dezoito; ----------

--- Minutas de ata referentes aos pontos: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete e dezoito. ----------

---